



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA RURAL

LUCIANE DOS SANTOS JÁCOME

**PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: ANÁLISE SOBRE O MERCADO DE TRABALHO
SECUNDÁRIO E A GERAÇÃO “NEM-NEM” NAS ÁREAS URBANAS E RURAIS
DO BRASIL**

FORTALEZA – CEARÁ

2019

LUCIANE DOS SANTOS JÁCOME

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: ANÁLISE SOBRE O MERCADO DE TRABALHO
SECUNDÁRIO E A GERAÇÃO” NEM-NEM” NAS ÁREAS URBANAS E RURAIS DO
BRASIL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Rural do Departamento de Economia Agrícola da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Economia Rural.

Área de concentração: Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural Sustentável.

Orientador: Prof. Dr. Edward Martins Costa.
Coorientadora: Prof^ª. Dra. Francisca Zilânia Mariano.

FORTALEZA

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- J16p Jácome, Luciane dos Santos.
Programa Bolsa Família : Análise sobre o mercado de trabalho secundário e a geração "nem-nem" nas áreas urbanas e rurais do Brasil / Luciane dos Santos Jácome. – 2019.
57 f. : il. color.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Economia Rural, Fortaleza, 2019.
Orientação: Prof. Dr. Edward Martins Costa.
1. Probit Bivariado. 2. Bolsa Família Variável Jovem. 3. "Nem-nem". 4. Mercado Secundário. Efeitos Marginais. 5. Efeitos Marginais. I. Título.

CDD 338.1

LUCIANE DOS SANTOS JÁCOME

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: ANÁLISE SOBRE O MERCADO DE TRABALHO
SECUNDÁRIO E A GERAÇÃO “NEM-NEM” NAS ÁREAS URBANAS E RURAIS DO
BRASIL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Rural do Departamento de Economia Agrícola da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Economia Rural. Área de concentração: Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural Sustentável.

Aprovada em: 26/02/2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Edward Martins Costa (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Ph.D Ahmad Saeed Khan
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^ª. Dr^ª. Daniella Medeiros Cavalcanti
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

A Deus. Aos meus pais, à minha avó, à minha
tia, às minhas irmãs e aos meus sobrinhos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus pelo dom da vida e inteligência e por ter colocado em minha vida as melhores pessoas existentes. Por ter me feito levantar a cada tropeço, me feito forte a cada provação e me guiado nos caminhos obscuros.

Agradeço ao meu pai, Luciano, por ser meu exemplo de amor, compaixão, humildade e caráter. À minha mãe, Lurdes (in memorian), por ser minha inspiração de força, determinação e vida. Por ter me ensinado que a vida, por mais difícil que seja, deve ser enfrentada e aproveitada.

Às minhas irmãs, Viviane e Caroline, por serem, além de irmãs mais velhas, amigas, companheiras, conselheiras e por me ensinar que ser irmã é um elo que não se rompe, nunca. À minha irmã, Luma Maria, que mostrou quanta responsabilidade uma irmã mais velha carrega.

À minha avó, Maria Vilani (in memorian), que me deu colo quando precisei, amor quando necessitei e incentivo quando desanimei. Pelas brincadeiras vividas, a conversa compartilhada e os cuidados prestados. À minha tia, Iolanda, por me levantar quando caí, segurar minha mão quando me vi só e as palavras de conforto quando entristeci.

À minha madrastra, Maria Marleide, por ter sido amiga, paciente e não ter desistido mesmo com toda a carga que já carregávamos.

Aos meus sobrinhos, João Pedro, Maria Monique, Maria Lurdes e Ana Ísis, por me mostrarem o mundo ao olhar de uma criança, a inocência carregada no coração e o amor do jeito mais puro e verdadeiro.

À Jéssyca por ser minha amiga, minha confidente, minha companheira, por estar comigo, me entender, me acalmar, por me incentivar a ser melhor

Às minhas amigas Evilane, Priscylla, Flávia, Débora, Cristianne, Desirée e Giselle por cada conversa, cada abraço, cada história e cada aventura compartilhados.

Aos amigos conquistados nesses dois anos de mestrado, em especial, Giovanna por poder dividir os conteúdos, séries e conversas. Rômulo, Erivelton e Matheus por todas as conversas e brincadeiras.

o meu orientador, Professor Edward, por toda ajuda, por entender as minhas dificuldades e ainda assim, ter estado presente em todo processo de construção desse trabalho.

E a CAPES que foi a entidade financiadora para a realização e condução deste estudo.

RESUMO

Verifica os efeitos do Programa Bolsa Família sobre o mercado de trabalho secundário brasileiro e a tomada de decisão dos jovens entre 16 a 17 anos. Assim, para atender ao primeiro objetivo, investigou-se se os beneficiários do Programa buscam segunda ocupação em virtude a diminuição na oferta de trabalho, decorrente da condicionalidade referente à frequência escolar, já que pode haver um efeito-substituição, ou seja, influência negativa na renda familiar. Para o segundo, examina-se a probabilidade de os jovens pertencentes a famílias que recebem a expansão do Programa, o Benefício Vinculado ao Jovem, estarem estudando e/ou no mercado de trabalho ou nenhuma destas categorias. Para isso, foram usados os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do ano de 2016 e um modelo econométrico, Probit Bivariado. Também, foram analisados os efeitos marginais. Os resultados mostram que a renda do trabalho principal causa um influxo próximo de zero sobre a probabilidade de o trabalhador receber o Bolsa Família e ter segundo emprego, mas o fato de ter ocupação formal, diminui as chances de ele receber o Bolsa Família e procurar segundo emprego. Pessoas que têm curso superior incompleto aumentam as chances de receber o Bolsa Família e ter segundo emprego, enquanto os que têm Ensino Fundamental completo diminuem. Em média, trabalhadores com segundo emprego estão, em sua maioria, na área rural, mostrando, também, maior rendas *per capita*. Os resultados, ainda, indicam que famílias beneficiadas pelo PBF causam um aumento no jovem ser "nem-nem", ou seja, causa um "efeito 'desincentivo'" nos jovens. Chefes de família com maior escolaridades aumentam as chances de o jovem rural não estudar nem trabalhar, enquanto as chances para os jovens urbanos diminuem. Em média, as famílias de jovens rurais têm menos empregos formais, porém são os mais beneficiados pelo PBF e que possuem maior renda *per capita*.

Palavras-Chaves: Probit Bivariado. Bolsa Família Variável Jovem. "Nem-nem". Mercado Secundário. Efeitos Marginais.

ABSTRACT

This dissertation sought to verify the effects of the Bolsa Familia Program on the Brazilian Secondary Labor Market and the decision making process of the Young people between 16 and 17 years old. Thus, in order to meet the first objective, it will be investigated whether the beneficiaries of the program seek a second occupation due to the decrease in the job offer, due to the conditionality related to school attendance, since there may be a substitution effect, that is, a negative impact in family income. For the second, it will be analyzed the probability of the young people belonging to families that receive the expansion of the program, the Benefit Linked to the Youth, are studying and / or in the labor market or none of these categories. For that, the data of the Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Continuous) of the year 2016 and an econometric model, Probit Bivariate were used, and also the marginal effects were analyzed. The results show that the main job income causes an impact close to zero the probability of the worker receiving the family grant and having a second job, but having a formal job decreases the chances of receiving the family grant and look for a second job. Individuals who have incomplete seniors, increase the chances of receiving the family grant and take a second job while those who have complete fundamental decrease. On the average, workers who have a second job are mostly in the rural area, also showing higher incomes per capita. The results also indicate that families benefited by the PBF cause an increase in the young being "nem-nem", that is, it causes a "disincentive effect" in the young. Householders with higher schooling increase the chances of rural youth not studying or working, while the odds for urban youth are slipping. On the average, rural youth families have fewer formal jobs, but are the most benefited by the PBF and have higher incomes per capita.

Keywords: Bivariate Probit. Bolsa Família Variável Jovem. "Nem-nem". Secondary Market. Marginal Effects.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Descrição das Variáveis Explicativas.....	28
Quadro 2 – Descrição das Variáveis Explicativas.....	31

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Transferência do PBF em relação às Regiões, Brasil - 2016.	17
Tabela 2 - Estatística Descritiva das Variáveis	37
Tabela 3 - Efeito Marginal do Programa Bolsa Família e Mercado Secundário.....	42
Tabela 4 - Estatística Descritiva das Variáveis	45
Tabela 5 - Efeito marginal entre jovem estudar e trabalhar.	49

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	OBJETIVOS	15
2.1	Objetivo geral	15
2.2	Objetivos específicos	15
3	REVISÃO DE LITERATURA	16
3.1	O Programa Bolsa Família	16
3.2	Efeitos do Programa Bolsa Família sobre a oferta de trabalho	18
3.3	Evidências para inserção no mercado secundário	20
3.4	Geração “Nem-Nem”	24
3.5	Efeitos do Programa Bolsa Família sobre a Educação	25
4	METODOLOGIA	28
4.1	Modelo econométrico para probabilidade de os beneficiários do Programa Bolsa Família entrarem no mercado secundário	28
4.2	Modelo econométrico para probabilidade de o jovem beneficiado pelo Bolsa Família variável jovem ser “nem-nem” no Brasil	31
4.3	Efeitos marginais	33
5	RESULTADOS	36
5.1	Resultados para probabilidade dos beneficiários do programa bolsa família entrarem no mercado secundário	36
5.1.1	<i>Análise Descritiva</i>	36
5.1.2	<i>Análise dos resultados das estimações econométricas para participação do Programa Bolsa Família e mercado secundário</i>	38
5.2	Resultados para probabilidade da alocação de tempo dos jovens entre estudar e trabalhar	44
5.2.1	<i>Análise Descritiva</i>	44
5.2.2	<i>Análise dos resultados das estimações econométricas para alocação do tempo dos jovens entre Estudar e Trabalhar</i>	45
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
	REFERÊNCIAS	53
	APÊNDICE A – MODELO PROBIT BIVARIADO ESTIMADO	56

1 INTRODUÇÃO

Os Programas de Transferência de Renda Condicionada (PTRC) são políticas públicas destinadas à mitigação da pobreza e extrema pobreza, por serem desenhados na assistência financeira para famílias que se encontram em condições de vulnerabilidade. Além disso, suas condicionalidades estimulam a educação de crianças e jovens.

No Brasil, o Programa Bolsa Família é um PTRC, cuja principal condicionalidade é a imposição de que as crianças e jovens de 5 a 17 anos estejam matriculadas na escola, ensejando um incentivo à acumulação de capital humano, o que possibilita às famílias romperem a pobreza intergeracional. Assim, o fato de as crianças e adolescentes estejam na escola, a política demanda promover melhores possibilidades aos jovens no ingresso, futuramente, no mercado de trabalho, propiciando aumento de rendimento e promovendo, também, o rompimento intergeracional da pobreza.

Quando se avaliam, entretanto, os efeitos que o Programa Bolsa Família tem sobre o mercado de trabalho, dois efeitos podem ser observados: o efeito-renda e o efeito-substituição, como apresentam Tavares *et al.* (2008). Para os autores, o efeito-renda mostra a diminuição na oferta de trabalho, em virtude ao aumento na renda familiar proveniente do benefício do Bolsa Família, ou seja, acarreta em um “efeito ‘desincentivo’” ao trabalho. Por outro lado, o efeito-substituição advém da imposição da condicionalidade, entre elas, a condicionalidade referente à frequência escolar, que propõe retirar as crianças e jovens do mercado de trabalho e inseri-las na escola, acarretando a diminuição da renda familiar, fazendo com que os outros membros da família aumentem a oferta de trabalho.

Desde que o Programa Bolsa Família foi implementado, no ano de 2004, vários são os trabalhos que buscam mensurar suas influências sobre o mercado laboral, dentre eles: Teixeira (2010); Tavares (2008); Cavalcanti *et al.* (2016); Costa *et al.* (2018). Os efeitos encontrados são diferenciados, em razão das amostras utilizadas, não tendo uma direção apenas para o efeito, ou seja, o PBF pode afetar de modo positivo, nulo ou negativo no mercado de trabalho.

Com o efeito substituição mais forte do que o efeito renda, a oferta de trabalho pode ser direcionada ao mercado secundário. A busca pelo segundo emprego é baseada nas pressões financeiras (ATHERTON *et al.*, 2016), em que o déficit na renda familiar faz com que as pessoas ofertem mais horas de trabalho, para, assim, aumentar sua renda.

Além da influência do PBF sobre o mercado de trabalho, existem efeitos direcionados à educação, sobretudo em relação ao incentivo do Programa para que os jovens

continuem estudando e/ou entrem no mercado de trabalho, ou nenhum dos grupos. Estes jovens, que não estão envolvidos em nenhuma das atividades, são denominados “nem-nem”, do termo *NEET (Not in Education, Employment or Training)* (UCL Institute of Health Equity, 2014). O IBGE (2016), por meio da Síntese de Indicadores Sociais, mostrou com os dados da PNAD de 2015 que 23,6% da população tinham idade de 15 a 29 anos e, destes, 22,5% se encontravam em situação “nem-nem”, ou seja, um quarto dos jovens brasileiros estava fora do mercado de trabalho e da escola.

Em sua pesquisa, Chitolina *et al.* (2016) estimaram um efeito positivo da expansão do Programa Bolsa Família (Bolsa Variável Jovem) sobre a frequência escolar e a decisão dos jovens de estudar e trabalhar, indicando que não há influxo nas áreas urbanas, enquanto nas rurais há um elevado efeito. Mostraram, também, que o Programa, praticamente, não influenciou a oferta de trabalho dos pais.

Quanto as influências do Programa na oferta de trabalho, Pedrozo Jr (2010) encontrou um efeito negativo na oferta de trabalho dos adultos, principalmente de mães solteiras ou divorciadas, além de mostrar que a participação das crianças no mercado de trabalho não obteve impacto pelo Programa. Ferro e Nicolella (2007) concluíram que o benefício do Programa não afeta a probabilidade de os pais participarem da força de trabalho. Enquanto isso, Tavares (2010), mostrou que o PBF aumenta a probabilidade em 5,6% de as mães participarem do mercado de trabalho, além de ampliar a jornada em 1,6%.

Nesse contexto, surgem duas perguntas sobre os beneficiários do PBF. Qual o efeito do PBF sobre os beneficiados, que buscam segundo emprego no Brasil urbano e rural? Quais os condicionantes que afetam a escolha entre estudar e estar no mercado de trabalho dos jovens de 16 a 17 anos nos meios urbano e no rural? A contribuição desde trabalho está relacionada à escassez na literatura nacional em relação ao mercado secundário, considerando o recebimento do Programa Bolsa Família. Outra contribuição decorre de verificar o efeito do Bolsa Família Variável Jovem sobre a decisão dos jovens em estudar e/ou trabalhar, utilizando a PNAD Contínua, pois essa tem um acréscimo de dados sobre famílias beneficiadas ou não pelo Programa. Por fim, a metodologia, tende-se aplicada o modelo Biprobit.

Para tanto, foram utilizados dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD Contínua) para o ano de 2017. Foi estimado um modelo Probit bivariado para participação na oferta de trabalho e participação no mercado de múltiplo empregos. Outro o foi para as probabilidades de apenas estudar, apenas trabalhar, trabalhar e estudar ou nenhum. Além da introdução, o ensaio foi organizado em outras cinco partes, mais o apêndice. A primeira parte consiste nos Objetivos, gerais e específicos. A segunda parte é a Revisão de Literatura,

que tratou de assuntos relativos ao Programa Bolsa Família, Mercado Secundário e Geração “Nem-Nem” e mostra de alguns estudos empíricos. Segue-se a metodologia empregada no estudo, acompanhada dos efeitos marginais, resultados e considerações finais.

2 OBJETIVOS

Nesta seção se apresenta os objetivos que devem ser alcançados, a partir das estimações e análises.

2.1 Objetivo geral

Esta pesquisa busca analisar a probabilidade da oferta de trabalho secundário para as famílias beneficiadas pelo Bolsa Família, ou seja, se, em razão do efeito-substituição” a família procura segunda ocupação. Buscou, ainda, mensurar a probabilidade conjunta dos jovens com idade de 16 a 17 anos, serem “nem-nem” no Brasil, considerando-se essa relação com o fato de a família do jovem ser (ou não) beneficiada pelo Programa Bolsa Família.

2.2 Objetivos específicos

- 1) Mensurar as chances a favor e os efeitos marginais das probabilidades na oferta de trabalho secundário para a família e a decisão dos jovens acerca de estudar e trabalhar para o Brasil urbano e o Brasil rural.
- 2) Contextualizar o Bolsa Família no meio rural, dos jovens que trabalham e estudam, assim como a oferta de trabalho no mercado secundário.

3 REVISÃO DE LITERATURA

A seção a seguir apresenta a formulação do Programa Bolsa Família, mostrando, também, as características necessárias para que as famílias se tornem beneficiárias, além de explicar sobre os impactos que o Programa tem sobre o mercado de trabalho e educação, principalmente dos jovens, ressaltando, então o conceito de “Geração ‘Nem-Nem’”. Expõe, também, as evidências que levam as pessoas procurarem a segunda ocupação.

3.1 O Programa Bolsa Família

O Bolsa Família é o principal Programa de Transferência Condicionada de Renda (PTCR), criado pela Medida Provisória nº 132, em outubro de 2003, convertida para a Lei nº 10.836, em janeiro de 2004, por meio da unificação de programas sociais, como Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás e Programa Nacional de Acesso à Alimentação.

Destinado a famílias em condição de extrema pobreza, ou seja, aquelas que têm uma renda *per capita* de até R\$85,00, e de pobreza a família cuja renda *per capita* está entre R\$85,01 e R\$ 170,00¹, o Programa Bolsa Família possui três fundamentos: complemento de renda, que busca aliviar a pobreza de imediato no Brasil; as condicionalidades, que buscam reforçar o acesso aos direitos básicos nos setores de educação, saúde e assistência social; e as ações complementares que intentam o desenvolvimento das famílias para, assim, superarem a situação de instabilidade (BRASIL, 2018).

O PBF é atrelado a condicionalidades, que buscam contribuir para que as famílias se desenvolvam e saiam do ciclo de miséria. Estas são expressas em relação à saúde familiar e à educação. No concernente à saúde, é obrigatório a família acompanhar a vacinação e desenvolvimento das crianças, as mulheres de 14 a 44 anos também devem fazer acompanhamento médico. No caso de gestantes e lactantes, se faz necessário o acompanhamento do pré-natal e do bebê. Já no atinente à educação, as crianças e jovens de seis a 15 anos devem ter uma frequência escolar de 85% ao mês e os jovens de 16 e 17 há de frequentar 75% das atividades escolares.

O valor do benefício varia de acordo com a renda *per capita* familiar.² As famílias extremamente pobres recebem o **Benefício Básico** cujo valor é de R\$85,00 e independe da idade dos membros do grupo familiar, sem vínculo com as condicionalidades. Há, também, o

¹ Valores vigentes durante a pesquisa (fevereiro de 2018).

² Dados obtidos por meio do site < <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e/beneficios>>

Benefício para Superação de Extrema Pobreza, pago às famílias que, mesmo após receberem outros benefícios do Programa, continuam com uma renda *per capita* inferior a R\$85,00. O valor é calculado de acordo com a renda e a quantidade de membros da família (BRASIL, 2018).

O **Benefício Variável** é concedido a famílias extremamente pobres e pobres, que tenham em sua composição gestantes, nutrizes, crianças e adolescentes de zero a 17 anos, dividido em quatro categorias: **Benefício Variável de 0 a 15 anos**, **Benefício Variável à Gestante**, **Benefício Variável Nutriz** e **Benefício Vinculado ao Adolescente**.

O **Benefício Variável de zero a 15 anos** é destinado às famílias que tenham crianças/adolescentes nesta faixa etária. É concedido um valor de R\$39,00 por criança e adolescente, destacando o fato de que o limite é de cinco benefícios. O **Benefício Variável à Gestante** é destinado à família o valor de nove parcelas de R\$39,00, desde o momento da identificação da área da saúde; **Benefício Variável Nutriz** é destinado às famílias com crianças de zero a seis meses um valor de R\$39,00 por seis meses, a fim de reforçar a nutrição do bebê.

Por fim, o **Benefício Variável Jovem** é destinado às famílias com adolescentes de 16 e 17 anos, no valor de R\$46,00, podendo acumular até dois benefícios. Esse benefício, uma extensão dos outros, já existentes, foi criado em 2007, pois havia maior evasão escolar aos 15 anos (CHITOLINA; MENEZES-FILHO, 2013), ou seja, tal benefício foi adicionado a fim de ensejar um incentivo para que os jovens de 16 e 17 anos permaneçam na escola por mais tempo.

Em 2016, foram beneficiados cerca de 13,8 milhões de famílias, com uma transferência de R\$ 28,5 bilhões, sendo a região Nordeste a maior receptora dos recursos, com cerca de 52% do total, assim como possui a maior parte das famílias beneficiadas, com percentual próximo a 50%. Como mostra a Tabela 1.

Tabela 1 - Transferência do PBF em relação às Regiões, Brasil - 2016.

Região	Família	Porcentagem	Valor Total (R\$)	Porcentagem
Centro-Oeste	711.213	5%	1.319.092.355	5%
Nordeste	6.958.864	50%	14.825.628.086	52%
Norte	1.707.524	12%	4.003.656.876	14%
Sudeste	3.542.479	26%	6.693.659.416	23%
Sul	912.390	7%	1.664.145.408	6%
BRASIL	13.832.470		28.506.182.141	

Fonte: Elaboração própria com base nos dados disponíveis no *site* do Ministério do Desenvolvimento Social.

O Bolsa Família conforma um programa complexo, por ser voltado e tratar das situações de fragilidade social, cujo foco é a melhoria gradativa, ou seja, mediante o estudo e a escolarização, as crianças/jovens começam a fazer parte de uma geração com menores dificuldades financeiras, o que decorreria da permanência na escola, do acesso ao conhecimento e da possibilidade de produzir mobilidade social, gerando, dessa maneira, um ciclo virtuoso, onde cada criança e adolescente, de cada geração, permaneceriam na escola, fornecendo novas perspectivas para essas famílias (ABRAS e SÁ, 2016).

3.2 Efeitos do Programa Bolsa Família sobre a oferta de trabalho

Os programas de transferência de renda, principalmente o Bolsa Família, são muito debatidos em relação aos efeitos que estes têm no concernente à oferta de trabalho dos membros da família beneficiária, sobretudo, pela existência de trabalhos que mostram resultados adversos, como de Levy (2010) e Cecchini (2013), o dos quais primeiro mostra que esses programas estimulam as pessoas a procurarem empregos de baixa qualidade, geralmente, no setor informal. Já o segundo relata que os programas de transferência de renda fazem com que as famílias sejam capazes de tomar melhores decisões com relação a condições dignas de trabalho e empregabilidade, u seja, ao analisar a influência do Programa Bolsa Família no mercado de trabalho, haverá dois efeitos que podem ser observados, o efeito-renda e o efeito-substituição (TAVARES *et al.*, 2008).

O efeito-renda é caracterizado por mostrar uma diminuição na oferta de trabalho por causa de um aumento na renda familiar proveniente do benefício do Bolsa Família. Sendo assim, o rendimento da família não é objeto de alteração, ou seja, não será comprometido, pois a redução do trabalho será compensada pelo benefício proveniente da transferência de renda do PBF. Este efeito, também, pode ser descrito como “efeito-‘desincentivo’” ou “efeito-preguiça”.

Enquanto isso, o efeito-substituição decorre da imposição das condicionalidades. Caso a renda domiciliar advenha de todos os componentes da família, incluindo as crianças e jovens, desde o momento em que há a determinação da condição de frequência escolar, essas crianças e jovens deixarão de trabalhar para frequentar a escola, ou seja, haverá redução na renda, sendo, então, necessário que os outros membros da família aumentem a oferta de trabalho, a fim de compensar a falta desse rendimento.

Ademais, Tavares *et al.* (2008) argumentam que o Programa Bolsa Família tem influxo negativo no mercado de trabalho quando o efeito-renda se sobrepõe ao efeito-substituição, e, quando suceder o contrário, será positivo.

Estudos foram feitos para mostrar resultados prováveis no que concerne aos Programas de Transferência de Renda Condicionada em relação ao mercado de trabalho. Alguns serão expostos na sequência. Cedeplar (2016) realizou um estudo, em que buscava analisar as diferenças entre os beneficiários do Programa Bolsa Família e o grupo de pessoas que não recebiam o benefício, a fim de verificar se o Programa causava incentivos negativos ao mercado de trabalho. De acordo com os resultados, existe positividade do Programa em termos da proporção de adultos ocupados no domicílio, mostrando, ainda, maior participação das mulheres quando comparadas com os homens.

Ferro *et al.* (2010) também conferiram a força do Programa Bolsa Família no concernente à situação de trabalho dos homens e mulheres, com uma divisão, ainda, entre zonas rurais e urbanas. Os dados foram coletados da PNAD 2013 e, usando Probit e Propensity Score Matching, conclui-se que os efeitos encontrados foram positivos para homens e mulheres residentes das áreas urbanas. Foi negativo apenas para as mulheres nas áreas rurais.

Usando o método Propensity Score Weighted e dados obtidos da AIBF (Avaliação de Impacto do Programa Bolsa Família) dos anos de 2005 e 2009, De Brauw *et al.* (2015) estimaram o influxo do Programa Bolsa Família sobre a oferta de trabalho dos beneficiários e se há alteração na alocação entre o mercado formal e informal, considerando, ainda, zona urbana e rural. Por meio dos resultados, chegou-se à conclusão que não há efeito “desincentivo” sobre a oferta agregada de trabalho. O Programa provoca, entretanto, um deslocamento do mercado formal para o informal. Essa realocação acontece, principalmente, na área urbana. Entretanto, na zona rural, foi possível observar que há uma redução da oferta de trabalho das mulheres e um aumento na oferta laboral dos homens.

Analisando o efeito que o PBF tem sobre a oferta de trabalho, tanto na participação no mercado quanto na jornada, das mães, Tavares (2008) utilizou os dados obtidos da PNAD do ano de 2004 e o método do Propensity Score Matching (PSM) para fazer uma comparação entre as mães beneficiadas e as que não recebem o benefício. Os resultados mostram que o efeito-renda é associado ao valor do benefício, ou seja, quanto maior a transferência recebida, menor o envolvimento das mães no mercado de trabalho. Observou-se, porém, que, o efeito líquido é positivo, sobrepondo-se ao efeito negativo. A autora entende que essa realidade pode estar relacionada a maior disponibilidade de tempo das mães para trabalhar, já que há maior frequência das crianças e jovens à escola.

Estimando os efeitos dos Programas, Foguel e Barros (2010) estimaram os efeitos de Programas de Transferências de Renda Condicionada sobre a oferta de trabalho de mulheres e homens adultos. Utilizaram o painel de municípios cobertos pela PNAD para o período de

2001 a 2005. A estimação ocorreu sobre a taxa de participação e o número médio de horas trabalhadas. Os resultados mostraram que o Programa não interfere na taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho, mas provocou pequena redução em suas horas trabalhadas. Em relação aos homens, a taxa de participação aumentou, ao passo que as horas trabalhadas diminuíram. Conclui-se, então, que os efeitos dos programas, embora com certa significância, mostram-se pequenos não acarretando influência sobre mercado de trabalho.

Os resultados em torno do Programa Bolsa Família sobre o mercado de trabalho são adversos, mas Cecchini (2013) assinala que os benefícios advindos dos programas de transferência de renda não são suficientes para suportar a insuficiência na renda das famílias, por serem de baixo valor, sendo assim, as chances das famílias deixarem de buscar trabalho em razão desse auxílio são baixas.

3.3 Evidências para inserção no mercado secundário

A busca pelo segundo emprego pode ser baseada nas pressões financeiras (ATHERTON *et al.*, 2016), em que o déficit na renda familiar faz com que as pessoas ofertem mais horas de trabalho, para, assim, aumentar sua renda. Frota (2018) corrobora essa afirmação, denotando que, quando o trabalho primário proporciona salários baixos, insuficientes para suportar os gastos familiares e satisfazer outras necessidades, o trabalhador é induzido a adentrar o mercado de múltiplos empregos.

A literatura, no entanto, aparta outras razões pelas quais os trabalhadores escolhem desempenhar mais de uma função, como a restrição de horas no trabalho principal, a heterogeneidade ocupacional no trabalho e a insegurança no labor primário. A restrição de horas na atividade principal se dá pelo fato de o trabalhador querer aumentar suas horas de tarefas, mas, em virtude das restrições determinadas pelo empregador ou regimentos institucionais, como proposto por Shishko e Rostker (1976), são inaptos a fazer uso. Assim sendo, o trabalhador busca o segundo emprego.

Kimmel e Conway (2001) mostraram a oferta de trabalho no mercado da segunda ocupação por meio da heterogeneidade, onde se consideram os benefícios não monetários uma grande influência na escolha da pessoa por buscar a segunda função, procurando nesta maior versatilidade, além de maximizar seu nível de utilidade.

Quando o trabalho principal mostra insegurança, denotando elevado risco de rescisão, os trabalhadores optam pelo segundo emprego, por precaução, como descrito por Wu; Baimbridge; Zhu (2008), ou seja, o trabalhador que não tem um contrato seguro busca um

emprego adicional, a fim de reduzir os riscos em relação ao emprego principal, pois, caso o contrato termine, haverá uma fonte alternativa de recursos. Ademais, pode optar pelo segundo emprego, de acordo com Taylor e McClintock (2004), os trabalhadores buscam se instruir em relação a novos ofícios, ganhando experiência e desenvolvendo habilidades, ou, simplesmente, por essa nova ocupação causar algum tipo de bem-estar.

A literatura nacional e internacional acerca de múltiplos empregos é escassa. Autores internacionais de possível destaque são Krishnan (1990), Abdukadir (1992), Allen (1998) e Averett (2001), que fizeram estudos para os Estados Unidos; Heineck e Schwarze (2004), que voltaram a pesquisa para o Reino Unido e Alemanha; Böheim e Taylor (2004), para a Grã Bretanha e Guariglia e Kim (2006), para a Rússia.

Krishnan (1990) analisou a decisão de homens casados dos Estados Unidos de entrar no mercado de trabalho secundário simultaneamente com a decisão de sua esposa em trabalhar. Em seguida, classificou as funções de trabalho em dois regimes, um se a mulher decide por trabalhar e o outro se a mulher não trabalha. O modelo usado foi estimado com base em um corte transversal de 4448 casais. Como resultado, mostrou que, quando a mulher opta por trabalhar, há um aumento nas horas voltadas ao trabalho primário, porém, a renda da família, em ambos os regimes, mostra um efeito negativo, além de que o aumento da participação feminina no mercado de trabalho faz diminuir a participação dos homens na área.

Abdukadir (1992) verificou os trabalhadores estadunidenses em relação as suas restrições de liquidez e suas decisões de procurarem um segundo ofício. Por meio dos resultados obtidos, conclui-se que os trabalhadores mais propensos a adentrarem o mercado secundário são os que expressou rendas atuais mais baixas e os que pretendem comprar uma casa ou um carro durante os próximos seis meses.

Em uma pesquisa, Allen (1998) realizou uma investigação com um determinado grupo, constituído por homens e mulheres não casadas e suas probabilidades de ofertar horas de trabalho para o mercado secundário. Os resultados expressam, que os adultos possuidores de crianças com idade inferior a cinco anos têm menores probabilidades de participação, e que a idade destes trabalhadores tem influência significativa na decisão de ter o segundo emprego.

Averett (2001) usou dados da Pesquisa de População Atual do ano de 1991 e o modelo probit bivariado, a fim de aferir as causas para realizar mais de uma tarefa, focando na diferença de gênero. Verificou que os fatores para a busca do segundo emprego em ambos os sexos são semelhantes. Existe um efeito negativo para a renda do não trabalho, para ambos os sexos, e a idade mostra um efeito positivo apenas para os homens. Quanto ao diferencial salarial entre homens e mulheres, 7% podem ser explicados pelas características individuais, enquanto

os outros 93% estão relacionados com a parte não explicada da decomposição de Oaxaca (1973).

Usando dados para o Reino Unido e Alemanha, Heineck e Schwarze (2004) buscaram comparar o desempenho do múltiplo emprego entre os gêneros e as características dessas pessoas entre os dois países. Por meio dos resultados, nota-se que a restrição de horas no emprego principal e a heterogeneidade são as maiores causas para a entrada no mercado de múltiplos empregos. Os resultados mostram, ainda, que os trabalhadores alemães gostariam de ofertar mais horas de trabalho e, por isso, estão mais dispostos a obter a segunda ocupação. Enquanto isso, para os trabalhadores britânicos, o que afeta a busca do segundo emprego são os salários, assim como as horas de trabalho no emprego principal.

Descrevendo o desempenho da segunda ocupação na Grã-Bretanha durante os anos de 1990, Böheim e Taylor (2004) usaram dados em painel e mostraram que o segundo emprego persevera ao longo do tempo, pois cerca de 10% dos trabalhadores têm a segunda ocupação a qualquer momento e dois terços desses trabalhadores permanecem na segunda função por pelo menos dois anos. A análise ainda mostra que as pessoas que buscam adentrar o mercado secundário são aquelas que ofertam mais horas de trabalho e aqueles que enfrentam choques financeiros, sejam positivos ou negativos. Os fatores que diminuem a oferta de horas de trabalho ocorrem quando há contratos mais seguros e a restrição de horas no trabalho primário.

Guariglia e Kim (2006) utilizaram os microdados obtidos na Pesquisa de Monitoramento Longitudinal da Rússia (RLMS) no período de 1994 a 1998, a fim de averiguar a dinâmica do mercado de múltiplos empregos para população que possui idade para trabalhar no País. Os resultados expuseram que há temporariedade, ou seja, as pessoas passam pouco tempo na segunda atividade. Há casos em que o segundo emprego se torna o principal, aproximadamente, 26,5% dos trabalhadores autônomos tinham como segunda ocupação um trabalho independente. Assim, a entrada no mercado secundário mostrou ter um efeito de longo prazo na economia, pois impulsiona a formação de empresas. Ainda, de acordo com os dados obtidos, a análise do modelo conclui que altos níveis de educação diminuem a chance da entrada no mercado secundário.

Na literatura brasileira referente ao mercado de múltiplos empregos, podem ser destacados Menezes e Carrera-Fernandez (2003), Casari e Bacha (2011), Sousa (2017) e Frota (2018). Menezes e Carrera-Fernandes (2003) analisaram a quantidade de pessoas com segundo ofício na Região Metropolitana de Salvador (RMS). Por meio dos dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de Salvador (PED-RMS), analisaram a formação de rendimento da segunda atividade e encontraram os determinantes que levam os

trabalhadores a buscarem segundo emprego, por meio de um modelo *logit*. Os resultados mostram que os mais dispostos ao segundo emprego são as mulheres, os chefes de família e os assalariados, em consequência aos baixos níveis salariais no trabalho principal. O fator rendimento se torna a principal razão para a busca do segundo emprego no mercado de trabalho.

Casari e Bacha (2011) examinaram as diferenças entre os trabalhadores que têm um emprego e os que possuem dois, , assim como os determinantes da oferta de trabalho no mercado secundário. Utilizando dados da PNAD para os anos de 2004 e 2009, cuja população estudada é formada pelos ocupados com um ou dois empregos, e um modelo *logit*. Os resultados indicam que o número de horas, o rendimento do trabalho primário e o rendimento do não trabalho possuem efeitos negativos em relação à oferta de trabalho para o mercado secundário. Já a heterogeneidade das ocupações, estabilidade no emprego principal e o trabalhador ser funcionário público exprimem influência positiva na decisão de adentrar no mercado secundário, ou seja, aumentam a oferta de trabalho para a segunda atividade.

Com dados obtidos da PNAD de 2004 e 2014, Sousa (2017) analisou os determinantes da oferta de trabalho no mercado secundário no Brasil e utilizou um modelo *tobit* para estimar a base de dados. Os resultados indicam que o mercado secundário é composto, majoritariamente, por homens, chefes de família e trabalhadores que possuem alto nível educacional, quando comparados com aqueles que possuem apenas uma ocupação e que a idade e a insegurança no trabalho principal fazem aumentar a oferta de trabalho.

O estudo de Frota (2018) avalia as condições da oferta de trabalho no mercado secundário e averigua a discriminação salarial, focando na diferença de gênero. Utilizou dados do Censo Demográfico de 2010, cuja amostra é constituída por pessoas com idades de 15 a 65 anos, sendo os grupos divididos entre não ocupados ou ocupados com um ou mais de um emprego, e além do uso do modelo *Biprobit* para estimar a probabilidade de participação na oferta de trabalho e a participação no mercado de múltiplos empregos.

Os resultados mostram que as causas de os homens e as mulheres disporem de mais de uma atividade são equivalentes. Quando se analisa para o meio rural, os sujeitos mais dispostos a buscarem a segunda ocupação são os casados, com filhos de idade superior a seis anos e que moram na região Sul. Para as áreas urbanas, Frota (2018) verificou que os casais sem filhos, chefes de família e residentes no Nordeste tendem a se inserir no segundo emprego. A decomposição dos salários realizada pelo método de Oaxaca-Blinder (1973) revela que há discriminação salarial a favor das pessoas do sexo masculino.

Com isso, estudos como de Medeiros, Britto e Soares (2007), Teixeira (2008), Foguel e Barros (2010) e Costa e Cunha (2014), que mostram as distintas influências que o Programa Bolsa Família tem sobre a oferta de trabalho.

3.4 Geração “Nem-Nem”

A inserção dos jovens no mercado de trabalho é tida como um grande desafio, por serem de um grupo que enfrenta obstáculos na busca de emprego, tendendo a encontrar ocupações com menores exigências de acumulação de capital humano, que pode ser ainda mais difícil devido à baixa escolaridade.

Como descrito por Marques (2016), as predileções pedagógicas dos jovens estão atreladas, em muitos casos, com a conjuntura familiar em que estão inseridos, em que a educação dos pais é apontada como um dos principais determinantes para os filhos alocarem maior parte do tempo em atividades escolares, pois pais mais escolarizados teriam maiores condições de investir na educação de seus filhos (CORSEUIL *et al.*, 2001).

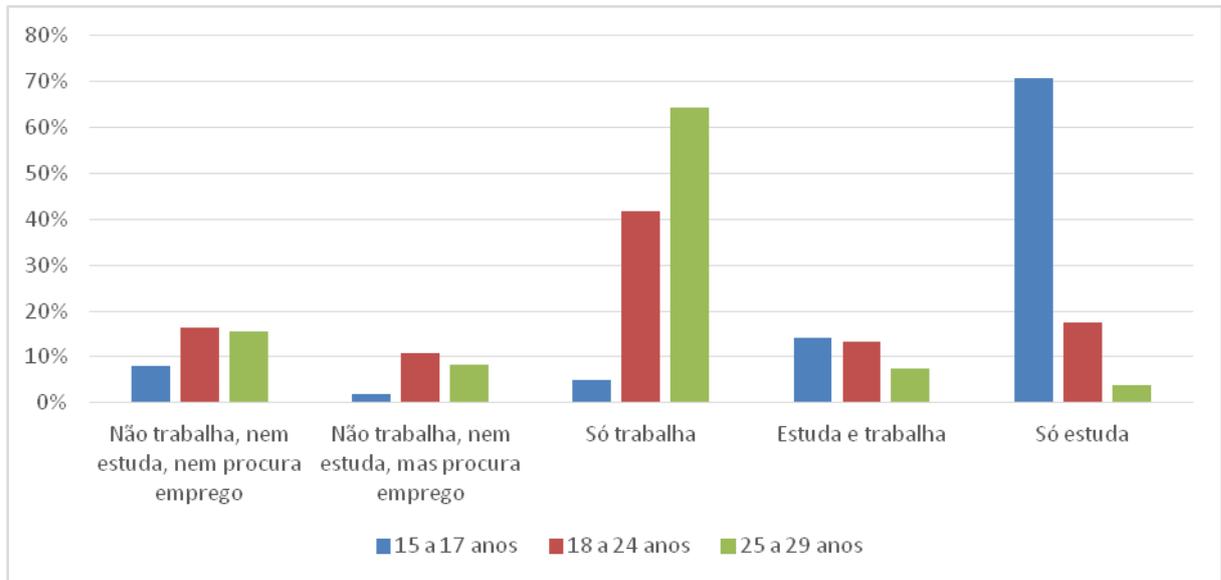
O desempenho dos jovens, tanto no mercado de trabalho quanto na vida acadêmica, pode ser diversificado. Há os jovens que estudam e trabalham, os jovens que estudam, mas não trabalham e os que não estudam, mas trabalham. Uma situação preocupante, no entanto, do ponto de vista de Menezes Filho *et al.* (2013) é a inatividade dos jovens em relação a emprego e estudo. São os chamados “nem-nem”³.

De acordo com a especificação do Estatuto da Juventude de 2013, Lei nº 12.852, de agosto de 2013, estes jovens têm idades de 15 a 29 anos e representavam 22,5% dos jovens, em 2015, ou seja, aproximadamente um quarto do total de jovens no Brasil, de acordo com PNAD (2015), estavam fora da escola e do mercado de trabalho.

Conforme o Gráfico 1 mostra, o maior percentual dos jovens que apenas estudam é entre os jovens de 15 a 17anos, correspondendo a 70,9% do total da referida faixa etária. Enquanto isso, o maior percentual dos jovens que somente trabalham é entre os jovens de 25 a 29 anos, apresentando 64,5%. Os jovens que se inserem na categoria de “estudam e trabalham”, estão entre as idades de 15 a 17 anos, correspondendo a 14,1% do total dessa categoria.

³ Traduzido da nomenclatura que a OIT (Organização Internacional do Trabalho) utiliza para se referir aos jovens que não estudam nem trabalham: “*neet*” (*neither in employment nor in education or training*) ou “*nini*” (*no estudian ni trabajan*).

Gráfico 1 - Distribuição percentual dos jovens por tipo de atividade, Brasil - 2015⁴.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2015 (PNAD-2015).

O Gráfico 1 expressa, ainda, uma divisão na categoria “nem-nem”, mostrando que há os jovens que não estudam, mas que procuram emprego e os jovens que não estudam, não trabalham e, também, não procuram emprego, em que as maiores taxas se encontram na mesma faixa etária, nos jovens de 18 a 24 anos, cujo percentuais equivalem a 10,9% para os “nem-nem” que procuram emprego e 16,5% dos “nem-nem” que não procuram ocupação.

Essa situação “nem-nem”, conforme Marques (2016), se exprime como um grande problema para o crescimento econômico, pois esses jovens não contribuem na produção e nem na acumulação de capital humano. Conforme ressaltam Vasconcelos *et al.* (2017), muitos dos jovens adultos podem ter sido beneficiários do Programa Bolsa Família na infância e, agora, continuam sendo beneficiários do Programa, o que pode influenciar as decisões quanto à educação na vida adulta, e, assim, afetar suas probabilidades de pertencerem à geração “nem-nem”.

3.5 Efeitos do Programa Bolsa Família sobre a Educação

Pesquisas são desenvolvidas a fim de verificar os efeitos que o Bolsa Família tem sobre a educação de crianças e adolescentes. Sendo assim, Ribeiro e Cacciamali (2012) investigaram as influências do programa Bolsa Família sobre a frequência e a defasagem idade-

⁴ Dados fornecidos pelo IBGE, por meio da Síntese de Indicadores Sociais: Uma Análise das Condições de Vida, com informações da PNAD 2015.

série. Com dados advindos da PNAD do ano de 2006, aplicaram o PSM. Por meio dos testes de diferença das médias desses indicadores educacionais, mostraram que não houve diferenças significativas entre as crianças e adolescentes dos grupos de tratamento e de controle, ou seja, o programa mostrou-se ineficiente em relação aos indicadores educacionais estudados.

A fim de avaliar o influxo do PBF sobre a frequência escolar e aprovação dos jovens entre 15 e 25 anos das famílias beneficiadas, Julião e Chein (2015) obtiveram dados da PNAD de 2003, 2004, 2008 e 2012 e aplicaram o método de diferenças em diferenças. E como resultados obtiveram que o Programa não é eficiente em incentivar de maneira significativa a acumulação de capital humano nos jovens de famílias beneficiadas, deixando pouca margem para impacto nos grupos com idade superior a 17 anos, que é a idade-limite para o comprimento das condicionalidades.

Chitolina *et al.* (2016) avaliaram o efeito da criação do Benefício Variável Vinculado ao adolescente em relação à alocação do tempo dos jovens e a oferta de trabalho de seus pais. Usaram dados da PNAD dos anos de 2001, 2004, 2006 e 2008, onde os primeiros dois anos são dados antes da expansão do PBF e os últimos dois anos são os dados após a expansão, servindo, então, como os períodos de pré e pós-tratamento, e estimador de diferenças-em-diferenças. Comparando-se as famílias pobres com jovens de 16 anos com famílias pobres com adolescente de 15 anos, antes e depois da expansão do Programa, obtiveram como resultado influência positiva em relação à frequência escolar e à decisão dos jovens de estudar e trabalhar ao mesmo tempo. Os resultados também mostram que o Programa praticamente não afetou a oferta de trabalho dos pais dos jovens.

Em sua pesquisa, Kern *et al.* (2017) procuraram averiguar as influências do Bolsa Família sobre a educação das crianças de seis a 17 anos, com foco na participação, progressão, repetência e abandono escolar no Brasil e nas grandes regiões. Para isso, utilizaram um painel de dados longitudinais constituídos por meio das pesquisas de Avaliação de Impacto do Programa Bolsa Família (AIBF I e AIBF II) e o método de diferenças em diferenças. Os resultados mostraram que o Programa não afetou a matrícula escolar de 2005 para 2009, quando separaram as crianças por gênero. Aumentou, no entanto, a possibilidade de as crianças estarem matriculadas, sobretudo nas áreas rurais das regiões Norte e Centro Oeste. Indicaram também, que houve um aumento na progressão e diminuição na repetência dos jovens de 15 a 17 anos da área urbana nos estados do Sul e Sudeste e no âmbito rural nordestino, além de se haver registrado uma diminuição na probabilidade das crianças do Nordeste rural se evadirem da escola.

Vasconcelos *et al.* (2017) buscaram, por meio de seu trabalho, investigar a relação entre o Programa Bolsa Família e a probabilidade de que pessoas com idades de 18 a 29 anos pertençam à geração “nem-nem”. Utilizando os dados do Censo Demográfico de 2010 e uma combinação metodológica entre Imbens e PSM, obtiveram como resultado a redução na probabilidade de os jovens pertencerem à geração “nem-nem”.

Portanto, existem estudos na literatura empírica, como os de Araújo *et al.* (2010); Cacciamali *et al.* (2010); Melo e Duarte (2010); Cavalcanti (2013); Nascimento e Kassouf (2014) e Amaral *et al.* (2015), que mostram que o Programa Bolsa Família vem causando um efeito positivo em relação à educação de crianças e adolescentes.

4 METODOLOGIA

A base de dados utilizada para este trabalho, a fim de atingir os objetivos propostos, foi obtida na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do ano de 2017. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ⁵define a PNAD Contínua como uma pesquisa por amostra probabilística de domicílios, que abrange o Território Brasileiro, planejada para atender a diversos propósitos, visando a produzir informes básicos para estudo do desenvolvimento socioeconômico, com indicadores sobre trabalho, rendimento, educação e habitação. Seguindo um esquema de rotação de domicílios, a PNAD Contínua, após selecionado o domicílio, o mesmo será entrevistado cinco vezes, uma vez a cada trimestre, durante cinco trimestres consecutivos. Difere do Censo por produzir informações contínuas sobre a população, contribuindo para o monitoramento de informações relevantes para o comportamento das políticas públicas.

4.1 Modelo econométrico para probabilidade de os beneficiários do Programa Bolsa Família entrarem no mercado secundário.

Para verificar a probabilidade de a pessoa que recebe o Programa Bolsa Família procurar a segunda ocupação, teve-se como escolha aqueles com características necessárias para receber benefício e que tenham pelo menos um emprego. As variáveis explicativas estão descritas no quadro 1.

Quadro 1 – Descrição das Variáveis Explicativas

VARIÁVEIS	DESCRIÇÕES
DEPENDENTES	
PBF	<i>Dummy</i> para pessoa de referência recebe o Programa Bolsa Família (1 – caso participe; 0 – caso contrário)
Trabalho secundário	<i>Dummy</i> para pessoa de referência realiza mais de uma atividade (1 – caso realize; 0 – caso contrário)
INDEPENDENTES	
Características da Pessoa de Referência do Domicílio	
Sexo	<i>Dummy</i> para sexo da pessoa de referência do domicílio (1 - homem; 0 – mulher)
Raça	<i>Dummy</i> cor da pessoa de referência da do domicílio (1 - branca; 0 - caso contrário)
Idade	Idade da pessoa de referência do domicílio
CONTINUA	

⁵ Dados obtidos por meio do site
https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=149

VARIÁVEIS	DESCRIÇÕES
Estudo	<i>Dummies</i> para os seguintes grupos de anos de estudo: Sem instrução e menos de 1 ano (grupo base); 1-3 anos de estudo; 4-7 anos de estudo; 8-10 anos de estudo; 11-14 anos de estudo; 15 anos de estudo ou mais.
Características da Família	
Chefe	<i>Dummy</i> para chefe de família de referência do domicílio (1 – chefe da família; 0 – caso contrário)
Nº de crianças até 5 anos	Número de crianças no domicílio menores de 5 anos de idade.
Nº de crianças de 6 até 10 anos	Número de crianças no domicílio com idade entre 6 a 17 anos.
Nº de crianças de 11 a 15 anos	Número de crianças no domicílio com idade entre 11 a 15 anos.
Sem Instrução ou menos de 1 ano	Chefes sem instrução ou 1 ano de estudo
Ensino Fundamental Incompleta	Chefe com ensino fundamental incompleto
Ensino Fundamental Completa	Chefe com ensino fundamental completo
Ensino Médio Incompleto	Chefe com ensino médio incompleto
Ensino Médio Completo	Chefe com ensino médio completo
Ensino Superior Incompleto	Chefe com ensino superior incompleto
Ensino Superior Completo	Chefe com ensino superior completo
Características da Residência	
Rural	<i>Dummy</i> , para domicílio de referência (1 - se reside na Zona Rural; 0 - caso contrário)
Região da Residência	<i>Dummies</i> para as regiões Norte, Nordeste, Sul, Centro-Oeste e Sudeste.
Características de Rendimento	
Renda_Percapita	Rendimento domiciliar per capita
Renda_Trabprinc	Rendimento no trabalho principal

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da PNAD Contínua 2017.

Utilizando o modelo Probit bivariado, as equações assumem a existência de duas variáveis - PBF e trabalho secundário - interpretados como ser beneficiado do Programa Bolsa Família e decidir ter segundo emprego, respectivamente, e denotam a seguinte definição estrutural:

$$\text{PBF}^* = \beta_1 x_1 + \varepsilon_1 \quad (1)$$

$$\text{trabalho secundário}^* = \beta_2 x_2 + \varepsilon_2 \quad (2)$$

Essas variáveis são dispostas por: PBF=1, quando a pessoa participa do Programa Bolsa Família, se PBF*>0 e 0, caso contrário, e trabalho secundário=1, quando a pessoa decide trabalhar em dois empregos, se trabalho secundário*>0 e 0, caso contrário. β_1 e β_2 tratam-se dos parâmetros, e x_1 e x_2 correspondem às variáveis explicativas que estão relacionadas à participação no Programa Bolsa Família e decisão de ter segundo emprego. ε_1 e ε_2 , os termos de erro, são distribuídos conjuntamente como variáveis normais bivariadas:

$$\begin{bmatrix} \varepsilon_1 \\ \varepsilon_2 \end{bmatrix} \sim N \left(\begin{bmatrix} 0 \\ 0 \end{bmatrix}, \begin{bmatrix} 1 & \rho \\ \rho & 1 \end{bmatrix} \right) \quad (3)$$

Os erros são normalmente distribuídos (BVN)⁶ com média zero e variância igual a um, e as condições de exogeneidade são determinadas pelo coeficiente ρ , que representa a correlação entre os dois termos de erro. Esse coeficiente indica a existência ou não de correlação entre as variáveis explicativas não observáveis das duas equações. Considerando $\rho = 0$, considera-se que não existe correlação. Portanto, a literatura pondera como inapropriada a utilização do modelo Biprobit. Sendo assim, o modelo a ser estimado passa a ser o Probit Univariado, que consiste em duas equações independentes, estimadas separadamente. Quando o valor de $\rho \neq 0$, há evidência de que ε é correlacionado com v , e, portanto, o modelo é endógeno.

A teoria econômica propõe que a decisão de participar do mercado de trabalho é uma junção de fatores determinantes da restrição orçamentária do trabalhador e de fatores que definem suas curvas de indiferença. Sendo assim, considerando o fato de a família ser ou não beneficiária do Programa Bolsa Família, e estar ou não inserida no mercado secundário, tem-se o cálculo das probabilidades das variáveis da seguinte forma:

$$Pr(PBF = 1, \text{trabalho secundário} = 1) = Pr[\varepsilon_1 > -\beta_1 x_1, \varepsilon_2 > -\beta_2 x_2] \quad (4)$$

$$Pr(PBF = 1, \text{trabalho secundário} = 0) = Pr[\varepsilon_1 > -\beta_1 x_1, \varepsilon_2 < -\beta_2 x_2] \quad (5)$$

$$Pr(PBF = 0, \text{trabalho secundário} = 1) = Pr[\varepsilon_1 < -\beta_1 x_1, \varepsilon_2 > -\beta_2 x_2] \quad (6)$$

$$Pr(PBF = 0, \text{trabalho secundário} = 0) = Pr[\varepsilon_1 < -\beta_1 x_1, \varepsilon_2 < -\beta_2 x_2] \quad (7)$$

Somando as equações (4) e (5), obtém-se a probabilidade de a família receber o recurso governamental.

$$Pr(PBF=1) = Pr(PBF=1, \text{trabalho_secundario}=1) + Pr(PBF=1, \text{trabalho secundário}=0) \quad (8)$$

⁶ A função de distribuição normal padrão bivariada é expressa da seguinte forma:

$$\Phi(u_1, u_2) = \frac{1}{2\pi\sigma u_1\sigma u_2\sqrt{1-\rho^2}} \exp\left[-\frac{1}{2}\left(\frac{u_1^2+u_2^2-2\rho u_1 u_2}{1-\rho^2}\right)\right]$$

Já somando as equações (6) e (7), tem-se a probabilidade de a família não receber.

$$\Pr(\text{PBF}=0) = \Pr(\text{PBF}=0, \text{trabalho secundário}=1) + \Pr(\text{PBF}=0, \text{trabalho secundário}=0) \quad (9)$$

Os elementos são para as famílias que têm as características para receber o Bolsa Família, buscando analisar se estas recebem o PBF e estão no mercado secundário; recebem o PBF ou estão no mercado secundário ou nenhum dos dois.

4.2 Modelo econométrico para probabilidade de o jovem beneficiado pelo Bolsa Família variável jovem ser “nem-nem” no Brasil.

As variáveis selecionadas aplicadas constantemente na literatura em análises do Bolsa Família estão exibidas no seguinte quadro.

Quadro 2 – Descrição das Variáveis Explicativas

VARIÁVEIS	DESCRIÇÕES
DEPENDENTES	
Estuda	<i>Dummy</i> para o jovem estudar (1 – caso participe; 0 – caso contrário)
Trabalha	<i>Dummy</i> para o jovem trabalhar (1 – caso realize; 0 – caso contrário)
INDEPENDENTES	
Características do jovem do domicílio	
Sexo do jovem	<i>Dummy</i> para sexo do jovem (1 - homem; 0 – mulher)
Cor do jovem	<i>Dummy</i> cor do jovem (1 - branca; 0 - caso contrário)
Não Estuda e Não Trabalha	<i>Dummy</i> jovem que não estuda e nem trabalha (1 – não estuda e não trabalha; 0 – caso contrário)
Estuda e Não Trabalha	<i>Dummy</i> jovem que estuda e não trabalha (1 –estuda e não trabalha; 0 – caso contrário)
Trabalha e Não Estuda	<i>Dummy</i> jovem que trabalha e não estuda (1 –trabalha e não estuda; 0 – caso contrário)
Trabalha e Estuda	<i>Dummy</i> jovem que trabalha e estuda (1 – trabalha e estuda; 0 – caso contrário)
Características da família	
Chefe	<i>Dummy</i> para chefe de família de referência do domicílio (1 – chefe da família; 0 – caso contrário)
Nº de crianças até 5 anos	Número de crianças no domicílio menores de 5 anos de idade.
Nº de crianças de 6 até 10 anos	Número de crianças no domicílio com idade entre 6 a 17 anos.
Nº de crianças de 11 a 15 anos	Número de crianças no domicílio com idade entre 11 a 15 anos.
Sem Instrução ou menos de 1 ano	Chefes sem instrução ou 1 ano de estudo
CONTINUA	

VARIÁVEIS	DESCRIÇÕES
Ensino Fundamental Incompleta	Chefe com ensino fundamental incompleto
Ensino Fundamental Completa	Chefe com ensino fundamental completo
Ensino Médio Incompleto	Chefe com ensino médio incompleto
Ensino Médio Completo	Chefe com ensino médio completo
Ensino Superior Incompleto	Chefe com ensino superior incompleto
Ensino Superior Completo	Chefe com ensino superior completo
Características da Residência	
Rural	<i>Dummy</i> , para domicílio de referência (1 - se reside na Zona Rural; 0 - caso contrário)
Região de Residência	<i>Dummies</i> para as regiões Norte, Nordeste, Sul, Centro-Oeste e Sudeste.
Características de Rendimento	
Renda_ <i>percapita</i>	Rendimento domiciliar <i>per capita</i>

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da PNAD Contínua 2017.

Para se conhecer os fatores que influenciam os jovens de 16 a 17 anos na decisão de participar do mercado de trabalho e/ou de acumular capital humano, o modelo especificado para esta finalidade é o modelo Probit Bivariado, que tem por finalidade mensurar a probabilidade do Programa Bolsa Família sobre a condição de não estudar e não trabalhar dos jovens.

O modelo assume a existência de duas variáveis EST e TRAB, interpretadas como escolaridade e trabalho. Essas variáveis são dispostas por: EST=1, se o jovem estuda e TRAB=1, se o jovem trabalha. Tais valores ocorrem apenas quando as variáveis correspondentes contínuas latentes, EST* e TRAB*, assumirem valores positivos. Caso contrário, EST=0 e TRAB=0. As equações em suas formas lineares geral são dadas por:

$$EST^* = \beta_1 x_1 + \varepsilon_1 \quad (10)$$

$$TRAB^* = \beta_2 x_2 + \varepsilon_2 \quad (11)$$

onde X e Y correspondem ao grupo de variáveis de controle predeterminadas e β_1 e β_2 são os vetores de parâmetros, x_1 e x_2 correspondem as variáveis explicativas que estão relacionadas a alocação de tempo dos jovens. ε_1 e ε_2 , os termos de erro, são distribuídos conjuntamente como variáveis normais bivariadas:

$$\begin{bmatrix} \varepsilon \\ v \end{bmatrix} \sim N \left(\begin{bmatrix} 0 \\ 0 \end{bmatrix}, \begin{bmatrix} 1 & \rho \\ \rho & 1 \end{bmatrix} \right) \quad (12).$$

Os erros possuem médias iguais a zero, variâncias iguais a 1 e covariância iguais a ρ . Considerando as quatro categorias da alocação de tempo dos jovens, estuda e trabalha, apenas estuda, apenas trabalha e nenhum dos dois, as probabilidades das variáveis ESC^* e $TRAB^*$ são calculadas, respectivamente, da seguinte forma:

$$Pr(EST = 1, TRAB = 1) = Pr[\varepsilon_1 > -\beta_1 x_1, \varepsilon_2 > -\beta_2 x_2] \quad (13)$$

$$Pr(EST = 1, TRAB = 0) = Pr[\varepsilon_1 > -\beta_1 x_1, \varepsilon_2 < -\beta_2 x_2] \quad (14)$$

$$Pr(EST = 0, TRAB = 1) = Pr[\varepsilon_1 < -\beta_1 x_1, \varepsilon_2 > -\beta_2 x_2] \quad (15)$$

$$Pr(EST = 0, TRAB = 0) = Pr[\varepsilon_1 < -\beta_1 x_1, \varepsilon_2 < -\beta_2 x_2] \quad (16)$$

Somando as equações (13) e (14), obtém-se a probabilidade de o jovem estar matriculado:

$$Pr(EST = 1) = Pr(EST = 1, TRAB = 1) + Pr(EST = 1, TRAB = 0) \quad (17)$$

Já somando as equações (15) e (16), tem-se a probabilidade de o jovem não estar matriculado:

$$Pr(EST = 0) = Pr(EST = 0, TRAB = 1) + Pr(EST = 0, TRAB = 0) \quad (18)$$

Os elementos da pesquisa decorrem de dados longitudinais aos jovens de 16 e 17 anos, buscando analisar se estes estão na escola e/ou no mercado de trabalho e os que não estão ocupados em nenhuma destas categorias.

4.3 Efeitos marginais

Uma vantagem de aplicação do modelo BiProbit é a possibilidade de obtenção da probabilidade conjunta e a maneira simplificada de se calcular os efeitos marginais, sendo então calculado tanto para a probabilidade dos beneficiários do Programa Bolsa Família procurarem a segunda ocupação quanto para a probabilidade de os jovens beneficiados serem “nem-nem”, podendo ser avaliado pela diferença entre as probabilidades condicionais, logo, de forma geral:

$$G(z) = Prob(Y = 1|w, x, z = 1) - Prob(Y = 1|w, x, z = 0) \quad (19)$$

$$G(z) = \frac{BVN(\alpha'w, \beta'x + \delta, \rho)}{\phi(\alpha'w)} - \frac{BVN(-\alpha'w, \beta'x, -\rho)}{1 - \phi(\alpha'w)} \quad (20),$$

onde $\phi(\cdot)$ é a função de distribuição da variável normal reduzida.

Outra forma de mensurar a influência das variáveis é calculando o seu efeito sobre a probabilidade da distribuição marginal, dado por:

$$M(z) = \phi(\beta'x + \delta) - \phi(\beta'x) \quad (21)$$

Primeiramente, vê-se como calcular o efeito de uma variável explanatória binária x_i que pertence aos vetores w e/ou x , sendo w_0 e x_0 os vetores em que tal variável assume o valor 0 e w_1 e x_1 os vetores que a variável assume o valor 1, mantendo as demais variáveis no seu valor médio, e, indicando $H(x_i)$ como o efeito marginal de uma variável exógena x_i sobre as probabilidades.

$$\begin{aligned} H(x_i) &= E(y|w_1, x_1) - E(y|w_0, x_0) \\ &= BVN(\alpha'w_1, \beta'x_1 + \delta, \rho) + BVN(-\alpha'w_1, \beta'x_1, -\rho) \\ &\quad - BVN(\alpha'w_0, \beta'x_0 + \delta, \rho) - BVN(-\alpha'w_0, \beta'x_0, -\rho) \end{aligned} \quad (22)$$

Esse efeito pode ser decomposto em duas parcelas:

$$H(x_i) = H_1(x_i) + H_2(x_i) \quad (23)$$

com

$$H_1(x_i) = BVN(\alpha'w_1, \beta'x_1 + \delta, \rho) - BVN(\alpha'w_0, \beta'x_0 + \delta, \rho) \quad (24)$$

e

$$H_2(x_i) = BVN(-\alpha'w_1, \beta'x_1, -\rho) - BVN(-\alpha'w_0, \beta'x_0, -\rho) \quad (25)$$

A primeira parcela é o efeito da binária x_i sobre a probabilidade de a pessoa ter mais um emprego, sendo que a família é beneficiária do Programa Bolsa Família para o primeiro modelo econométrico; e para o segundo modelo, indica o efeito da variável x_i sobre a probabilidade de o jovem trabalhar, sendo que também estuda.

A segunda parcela é o efeito sobre a probabilidade de a pessoa estar no mercado secundário, dado que não recebe o Programa, para o primeiro modelo econométrico. E para o segundo, mostra o efeito sobre a probabilidade de o jovem trabalhar dado que o mesmo não estuda.

Faz-se, ainda, a análise do efeito de uma variável contínua w_h , como a renda *per capita*, que pertence aos vetores w e x . Nesse caso, o efeito é a derivada parcial de $E(y|w, x)$ em relação a x_h .

$$H(x_h) = \frac{\partial E(y|w, x)}{\partial x_h} = H_1(x_h) + H_2(x_h) \quad (26)$$

com

$$H_1(x_h) = \phi(\alpha'w) \phi\left(\beta'x + \delta - \frac{\rho\alpha'w}{\sqrt{1-\rho^2}}\right) \alpha_h \phi(\beta'x + \delta) \phi\left(\alpha'w - \frac{\rho(\beta'x + \delta)}{\sqrt{1-\rho^2}}\right) \beta_h \quad (27)$$

e

$$H_2(x_h) = -\phi(\alpha'w) \phi\left(\beta'x - \frac{\rho\alpha'w}{\sqrt{1-\rho^2}}\right) \alpha_h + \phi(\beta'x) \phi\left(\alpha'w - \frac{\rho(\beta'x)}{\sqrt{1-\rho^2}}\right) \beta_h \quad (28)$$

5 RESULTADOS

Nesta seção, encontram-se os resultados das estimações dos modelos, sendo iniciada com as análises de chances a favor de família com características necessárias para receber o benefício de o PBF estarem no mercado secundário. Segue-se a análise da alocação de tempo dos jovens de 16 e 17 anos entre estudar e trabalhar.

5.1 Resultados para probabilidade dos beneficiários do programa bolsa família entrarem no mercado secundário.

Primeiramente, se faz uma explanação da estatística descritiva das variáveis, seguindo pela análise das estimações econométricas.

5.1.1 Análise Descritiva

É necessário ressaltar que, para a execução das estimativas, se mantiveram na amostra famílias com características para fazer parte do PBF, com renda *per capita* até R\$170,00, obtendo uma amostra de 6.525.411 observações, sendo que 4.418.503 pertencem à área urbana e 2.106.938 à área rural, havendo uma expansão no peso para obtenção de resultados mais robustos. Portanto, fez-se uma análise entre Brasil Urbano e Brasil Rural, em que a Tabela 2 mostra como as médias das variáveis se portam nas duas áreas.

Com suporte na tabela 2, pode-se verificar que no meio urbano 16,32% das famílias recebem o benefício do Programa Bolsa Família, enquanto cerca de 21,79% das famílias rurais fazem parte do Programa. Comparando, porém, a média da renda *per capita*, nota-se que as famílias do meio rural possuem maior renda, em média, com R\$91,54, enquanto as famílias urbanas recebem R\$74,55. Em relação às características do trabalhador, ambas as áreas, a idade é próxima de 35 anos e em sua maioria os chefes são homens, com 54,79% para Brasil Urbano e 67,98% para o Rural. Tanto no Brasil Urbano quanto no Brasil Rural, a cor das pessoas, em média, é de não brancos, com 74,6% e 80,68%, respectivamente.

Analisando o grau de escolaridade, nota-se que, em média, tanto na área rural como na urbana, em sua maioria, não possuem o fundamental completo, com 58,40% e 41,43%, respectivamente. Ainda sobre a escolaridade, 26,19% do Brasil Urbano possuem ensino médio completo, enquanto no Brasil Rural, apenas 12,67%, assim como ensino superior completo,

enquanto na área urbana cerca de 2,96% terminaram o 3º grau, na área rural, apenas 0,63% têm nível superior.

Verificando as características de trabalho, cerca de 3,13% que residem nas áreas urbanas possuem um emprego formal, e, 1,1% dos residentes das áreas rurais; e 0,40% dos residentes urbanos estão no mercado secundário, enquanto cerca de 1,66% dos que residem nas áreas rurais possuem segunda ocupação.

Em sua maioria, as famílias que têm características necessárias para receber o Programa Bolsa Família estão localizadas na região Nordeste, onde 42,67% são da área urbana e 61,74% da área rural. Seguem-se pela região Norte, na área rural, com 21,41% e a Sudeste, na área urbana, com 33,47%.

Tabela 2 - Estatística Descritiva das Variáveis

Variáveis	Urbano		Rural	
	Média	Desvio-Padrão	Média	Desvio-Padrão
PBF	0,1632	0,3695	0,2179	0,4128
Trabalho secundário	0,004	0,0629	0,0166	0,1277
Chefe da família	0,5135	0,4998	0,5256	0,4993
Idade	35,2319	12,463	35,3451	12,218
Sexo	0,5479	0,4977	0,6798	0,4665
Cor	0,2534	0,435	0,1932	0,3948
Emprego Formal	0,0313	0,1742	0,0111	0,1046
Renda Per Capita	74,55	59,23	91,54	48,97
Educação Fundamental Incompleto	0,4143	0,4926	0,584	0,4929
Educação Fundamental Completo	0,1122	0,3456	0,0951	0,2934
Educação Médio Incompleto	0,1097	0,3126	0,0705	0,256
Educação Médio Completo	0,2619	0,4397	0,1267	0,3327
Educação Superior Incompleto	0,0241	0,1535	0,0065	0,0801
Educação Superior Completo	0,0296	0,1694	0,0063	0,0793
Nº de Crianças de até 5 anos	0,0742	0,262	0,0922	0,2893
Nº de Crianças de 6 a 10 anos	0,3288	0,4698	0,3785	0,485
Nº de Crianças de 11 a 15 anos	0,3677	0,4822	0,4324	0,4954
Norte	0,1177	0,3222	0,2141	0,4102
Nordeste	0,4267	0,4946	0,6174	0,486
Sudeste	0,3347	0,4718	0,106	0,3079
Sul	0,069	0,2534	0,0482	0,2142
Centro Oeste	0,0423	0,2014	0,0117	0,1074

Fonte: Elaboração da própria, com base na pesquisa.

5.1.2 Análise dos resultados das estimações econométricas para participação do Programa Bolsa Família e mercado secundário

Algumas ponderações devem ser feitas em relação aos efeitos das variáveis e aos sinais obtidos, A Tabela A1, no Apêndice, mostra os resultados da estimação do modelo Probit Bivariado para participação no Programa Bolsa Família e participação no mercado secundário. O coeficiente de correlação ρ (rho), que mede a correlação entre os termos de distúrbio entre as duas equações, mostra um valor positivo em ambas as zonas, com 0,1346 para área urbana e 0,0255 para área rural. Além disso, o componente não explicado da inserção no mercado secundário está relacionado ao componente não explicado da participação no Programa Bolsa Família; tendo ρ um valor diferente de zero, validando a escolha do modelo, já que as sentenças têm algum tipo de associação. Além disso, mostra que o Teste de Razão de Verossimilhança e a Estatística de Wald são significativos a 1%, ou seja, as variáveis se comportam de modo significativo, conjuntamente.

No Brasil Urbano, as variáveis se mostraram estatisticamente significantes ao nível de 1%, tanto para a participação no Programa Bolsa Família quanto para a participação no mercado secundário. Enquanto isso, no Brasil Rural, as variáveis ‘Educação Médio Completo’ e ‘Educação Superior Completo’ se mostraram significantes ao nível de 5% e 10%, respectivamente, para a participação no mercado secundário. A maioria dos fatores condicionantes à participação no Programa Bolsa Família diminui a probabilidade de o trabalhador receber o benefício, excetuando-se a variável ‘Cor’, que no Brasil Urbano age positivamente. Assim como, ‘Chefe da família’, ‘Idade’, ‘Nº de crianças de 6 a 10 anos’, ‘Nº de crianças de 11 a 15 anos’ e a região ‘Nordeste’, que para as áreas urbana e rural, aumentam a probabilidade de as pessoas receberem o benefício do Programa Bolsa Família.

As variáveis que condicionam a participação no mercado secundário, para o Brasil Urbano, em sua maioria, diminuem a probabilidade de a pessoa ter segunda ocupação, enquanto que, para o Brasil Rural, a maioria das variáveis aumentam a probabilidade. Sobre o grau de instrução dos trabalhadores, destacam-se as variáveis ‘Educação Fundamental Completo’ e ‘Educação Médio Incompleto’, que diminuem a probabilidade de o trabalhador urbano ter outra ocupação, enquanto que, para a área rural, as mesmas variáveis atuam positivamente. Quando os trabalhadores residem no Sul Urbano, as probabilidades de participarem do mercado secundário diminuem, porém quando residem no Sul Rural, as probabilidades aumentam, enquanto os que moram no Centro-Oeste Urbano aumenta a probabilidade e diminuem quando estes residem no Centro-Oeste Rural.

Além de demonstrar os efeitos, positivos e negativos, que as variáveis utilizadas no modelo têm sobre as probabilidades de o trabalhador receber o Bolsa-Família e ter segunda ocupação, deve-se, também, analisar a proporção desse efeito. Desse modo, a Tabela 3 expressa os efeitos marginais das possíveis ocorrências de probabilidades entre receber o Programa Bolsa Família e participar do mercado secundário para as áreas urbana e rural.

Os efeitos marginais sobre a probabilidade de a família do trabalhador receber o PBF e este ter um segundo emprego, para o chefe de família tem influencia perto de zero, tanto para o meio urbano quanto para áreas rurais. Já para a probabilidade de a família receber PBF e o chefe de família não ter um segundo emprego aumenta 8,66% para áreas urbanas e 10,41% no meio rural. Para famílias que não recebem o PBF e o chefe de família tem segundo emprego, o efeito marginal é próximo de zero. A probabilidade de a família do chefe não participar do Programa Bolsa Família, de este não ter um segundo emprego, diminui 9,37% para trabalhadores residentes da área urbana e 11,35% para aqueles que residem na área rural.

O sexo do trabalhador diminui as probabilidades em receber o Bolsa Família e ter uma segunda ocupação e receber o beneficiamento e não ter uma segunda ocupação. Por outro lado, aumentam as chances de não participar do PBF, mas ter uma segunda ocupação e não participar do PBF e não ter uma segunda ocupação. Assim, o fato de o trabalhador ser homem aumenta a probabilidade de ele ter segundo emprego, enquanto o fato de ser mulher aumenta a possibilidade de receber o Bolsa Família.

A variável 'Renda do Trabalho Principal' demonstra ter influxos próximos de zero nas quatro possíveis probabilidades, tanto para a área urbana quanto para a área rural, entretanto, a variável 'Emprego Formal' causa um impacto negativo nas mesmas probabilidades, com exceção na probabilidade de a pessoa não receber o benefício do Bolsa Família e não ter outra ocupação, o que aumenta as chances em 22,5% para o trabalhador urbano e 5,39% para o trabalhador rural. Os maiores efeitos negativos causados pelo fato de o trabalhador ter um emprego formal estão na probabilidade de a família receber o benefício, não ter outra ocupação e morar na área urbana, 10,32%, e na probabilidade de não receber o benefício, mas ter mais de um emprego e morar na área urbana, com 7,82%.

Tendo como referência trabalhadores sem instrução e/ou com ensino fundamental incompleto, os efeitos marginais demonstram que os trabalhadores urbanos e rurais que possuem ensino fundamental completo têm menores chances de receber o Bolsa Família e não ter segundo emprego, em 5,99% e 3,25%, respectivamente, entretanto têm maiores chances de não receber o benefício e não ter um segundo emprego, em 6,15% e 2,5% a mais que trabalhadores sem instrução e/ou com fundamental incompleto. No mesmo sentido, para os

trabalhadores que têm educação superior completa diminuem as chances de receber o Bolsa Família e não ter um segundo emprego em 27,72%, para residentes na zona urbana e 10,26% residentes rurais; e aumentam as chances de não receber Bolsa Família e não ter outro emprego, em 22,07%, para o urbano, e 9,91%, para o rural, quando se compara sem instrução e/ou com os trabalhadores com fundamental incompleto.

O efeito marginal da região Nordeste sobre a probabilidade de o trabalhador receber o Bolsa Família e ter segundo emprego aumenta em 0,02% na área urbana, enquanto na área rural há uma diminuição de 0,11%, quando se compara com a região norte. Quando residem na região Sul Urbano, a probabilidade cai em 0,11% e aumenta em 0,17% quando vivem no Sul Rural. Os trabalhadores que vivem na região Sudeste têm uma diminuição na probabilidade em 0,23% para aqueles que moram no Sudeste Urbano e 0,22% no Sudeste Rural. O mesmo acontece com os residentes do Centro-Oeste, que apresentam uma queda de 4,34% no urbano e 5,19% no rural.

Para a probabilidade de o trabalhador receber o Bolsa Família e não ter segundo emprego diminui quando estes vivem na região Sul, com 7,35% para a área urbana e 3,18% na área rural, quando se compara à região Norte. O mesmo acontece para aqueles que vivem no Sudeste urbano e Centro-Oeste rural, em 5,98% e 4,96%, respectivamente. A probabilidade de a pessoa participar do Programa Bolsa Família, mas não estar no mercado secundário, aumenta quando os trabalhadores vivem no Sudeste rural, em 1,78%, no Centro Oeste urbano, em 1,6% e no Nordeste, com 3,62% para residentes urbanos e 1,7% residentes rurais.

Trabalhadores residentes da região Sul têm maiores probabilidades de não receber o benefício do Bolsa Família e estar no mercado secundário. Para a área urbana, é em 0,06% a mais que na região Norte, e para área rural é em 1,09%. Enquanto isso, viver nas demais regiões diminui as probabilidades; sendo a região Centro Oeste que mostra maior impacto, uma diminuição de 8,21% na zona urbana e 20,35% na zona rural, quando comparada ao Norte.

Quando há crianças de seis a dez anos na residência, há um aumento de 0,1% na probabilidade de a pessoa receber o Bolsa Família e ter segundo emprego na área urbana e uma queda de 0,04% na área rural, tendo como referência Número de crianças até cinco anos. E quando há crianças de 11 a 15 anos, há uma diminuição na probabilidade de 0,01% no urbano e, no rural, há um aumento de 0,29% a mais que trabalhadores que têm crianças de até cinco anos na residência.

A probabilidade de ter crianças de 11 a 15 anos na residência aumenta a probabilidade de o trabalhador receber o Bolsa Família e não estar no mercado secundário, na

área urbana em 4,26% e no rural 2,47%. E quando há crianças de seis a dez anos na residência diminui a probabilidade em 5,19% na área urbana.

Ter crianças de 11 a 15 anos na residência diminui a probabilidade de o trabalhador não receber o Bolsa Família e estar no mercado secundário, em 0,18% para trabalhadores urbanos e 0,85 para rurais. Enquanto isso, ter crianças de seis a dez anos diminui a probabilidade de o trabalhador rural não receber o Bolsa Família e estar no mercado secundário, comparando com residências que têm crianças de até cinco anos de idade.

Crianças de seis a dez anos de idade diminui a probabilidade de o indivíduo receber o Bolsa Família estar no mercado secundário, em 5,29% no urbano e 3,01% no rural, assim como ter crianças de 11 a 15 anos, que diminui em 4,07% a probabilidade no urbano e 3,61% no rural.

Tabela 3 - Efeito Marginal do Programa Bolsa Família e Mercado Secundário

Variáveis	URBANO (dy/dx)P(11)	RURAL (dy/dx)P(11)	URBANO (dy/dx)P(10)	RURAL (dy/dx)P(10)	URBANO (dy/dx)P(01)	RURAL (dy/dx)P(01)	URBANO (dy/dx)P(00)	RURAL (dy/dx)P(00)
Chefe da família	0,0036*** (0,0001)	0,0044*** (0,0001)	0,0866*** (0,0005)	0,1041*** (0,0006)	0,0035*** (0,0001)	0,005*** (0,0003)	-0,0937*** (0,0005)	-0,1135*** (0,0007)
Idade	0,0000*** (0,0000)	0,0002*** (0,0000)	0,0007*** (0,0000)	0,0009*** (0,0000)	0,0000*** (0,0000)	0,0006*** (0,0000)	-0,0006*** (0,0000)	-0,0016*** (0,0000)
Sexo	-0,0055*** (0,0001)	-0,0087*** (0,0001)	-0,311*** (0,0004)	-0,3624*** (0,0005)	0,0012*** (0,0001)	0,0101*** (0,0003)	0,3154*** (0,0004)	0,361*** (0,0005)
Cor	0,0008*** (0,0001)	0,0006*** (0,0001)	0,0061*** (0,0006)	-0,0083*** (0,0007)	0,0013*** (0,0001)	0,0033*** (0,0003)	-0,0083*** (0,0006)	0,0045*** (0,0008)
Emprego formal	-0,0437*** (0,0005)	-0,0052*** (0,0003)	-0,1032*** (0,0018)	-0,0317*** (0,0027)	-0,0782*** (0,0007)	-0,0171*** (0,0012)	0,225*** (0,0019)	0,0539*** (0,0029)
Renda do trabalho principal	0,0000*** (0,0000)	0,0000*** (0,0000)	-0,0001*** (0,0000)	-0,0001*** (0,0000)	0,0000*** (0,0000)	0,0000*** (0,0000)	0,0001*** (0,0000)	0,0001*** (0,0000)
Educação fundamental completo	-0,0013*** (0,0001)	0,0007*** (0,0001)	-0,0599*** (0,0009)	-0,0325*** (0,0011)	-0,0003* (0,0002)	0,0069*** (0,0004)	0,0615*** (0,0009)	0,025*** (0,0012)
Educação médio incompleto	-0,0008*** (0,0001)	0,001*** (0,0001)	-0,0316*** (0,0009)	-0,029*** (0,0013)	-0,0004** (0,0002)	0,0077*** (0,0005)	0,0328*** (0,0010)	0,0204*** (0,0014)
Educação médio completo	-0,0012*** (0,0001)	-0,001*** (0,0001)	-0,0316*** (0,0006)	-0,0306*** (0,0010)	-0,0012*** (0,0001)	-0,0003 (0,0004)	0,0326*** (0,0006)	0,0319*** (0,0011)
Educação superior incompleto	0,0008*** (0,0002)	0,0071*** (0,0003)	-0,0592*** (0,0021)	-0,1505*** (0,0038)	0,0037*** (0,0004)	0,0474*** (0,0010)	0,0547*** (0,0021)	0,096*** (0,0039)
Educação superior completo	0,0027*** (0,0001)	-0,0018*** (0,0004)	-0,2372*** (0,0036)	-0,1026*** (0,0035)	0,0138*** (0,0003)	0,0053*** (0,0017)	0,2207*** (0,0036)	0,0991*** (0,0038)
Nº de crianças de 6 a 10 anos	0,001*** (0,0001)	-0,0004*** (0,0001)	-0,0519*** (0,0005)	0,0368 (0,0005)	0,0000 (0,0001)	-0,0063*** (0,0002)	-0,0529*** (0,0005)	-0,0301*** (0,0006)

CONTINUA

Variáveis	URBANO	RURAL	URBANO	RURAL	URBANO	RURAL	URBANO	RURAL
	(dy/dx)P(11)	(dy/dx)P(11)	(dy/dx)P(10)	(dy/dx)P(10)	(dy/dx)P(01)	(dy/dx)P(01)	(dy/dx)P(00)	(dy/dx)P(00)
Nº de crianças de 11 a 15 anos	-0,0001** (0,0001)	0,0029*** (0,0001)	0,0426*** (0,0005)	0,0247*** (0,0005)	-0,0018*** (0,0001)	0,0085*** (0,0002)	-0,0407*** (0,0005)	-0,0361*** (0,0006)
Nordeste	0,0002*** (0,0001)	-0,0011*** (0,0001)	0,0362*** (0,0007)	0,017*** (0,0007)	-0,0008*** (0,0001)	-0,0064*** (0,0003)	-0,0356*** (0,0007)	-0,0095*** (0,0008)
Sudeste	-0,0023*** (0,0001)	-0,0022*** (0,0001)	-0,0598*** (0,0009)	0,0178*** (0,0011)	-0,0022*** (0,0002)	-0,0112*** (0,0005)	0,0643*** (0,0009)	-0,0044*** (0,0012)
Sul	-0,0011*** (0,0001)	0,0017*** (0,0001)	-0,0735*** (0,0015)	-0,0319*** (0,0018)	0,0006*** (0,0002)	0,0109*** (0,0005)	0,074*** (0,0015)	0,0193*** (0,0018)
Centro Oeste	-0,0434*** (0,0005)	-0,0519*** (0,0006)	0,016*** (0,0017)	-0,0496*** (0,0031)	-0,0821*** (0,0007)	-0,2035*** (0,0012)	0,1095*** (0,0019)	0,3049*** (0,0033)

Erros-padrão robustos em parênteses.

*** $p < 0,01$; ** $p < 0,05$; * $p < 0,1$.

Nota de Tabela. P(11): Família Recebe Bolsa Família e Participa do Mercado Secundário.

P(10): Família Recebe Bolsa Família e Não Participa do Mercado Secundário.

P(01): Família Não Recebe Bolsa Família e Participa do Mercado Secundário.

P(00): Família Não Recebe Bolsa Família e Não Participa do Mercado Secundário.

Fonte: Elaboração própria, com suporte nas estimações.

5.2 Resultados para probabilidade da alocação de tempo dos jovens entre estudar e trabalhar.

Abaixo segue as análises de como os jovens de 16 a 17 anos dividem seu tempo entre estudar e trabalhar, iniciando com a estatística descritiva das principais variáveis, seguido pela análise econométrica das probabilidades desses jovens de estudar e trabalhar, estudar, trabalhar ou nenhuma das atividades.

5.2.1 Análise Descritiva

Na composição da amostra, foram consideradas famílias nas quais houvesse, pelo menos, um jovem com idade de 16 e/ou 17 anos, obtendo um total de 19.561.567, sendo 12.649.835 residentes da área urbana, enquanto 6.911.732 vivem no rural brasileiro. Assim, por meio da Tabela 4, observa-se que, no Brasil Urbano, 13,02% dos jovens têm suas famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família, e, no Brasil Rural, em média, 19,01%. Ademais, na área urbana, 91,66% dos jovens são do sexo masculino; já para a área rural 97,59% dos jovens são homens.

Com relação à escolaridade do chefe da família, vê-se que em ambas as áreas o chefe possui fundamental incompleto, com 50,99% no urbano e 65,28% no rural. Grandes diferenças são vistas em ‘Sem Instrução’, ‘Médio Completo’ e ‘Superior Completo’. Em chefe sem instrução, cerca 9,45% dos chefes urbanos estão nesta estatística, enquanto 17,32% dos chefes rurais não têm instrução ou menos de um ano de estudo. 19,11% dos residentes da área urbana possuem ensino médio completo. Por outro lado, apenas 6,79% dos residentes rurais possuem esse nível de instrução. Assim como no ensino superior completo, 2,76% dos chefes do Brasil Urbano possuem o 3º grau, enquanto apenas 0,29% dos chefes do Brasil Rural.

Sobre a alocação do tempo dos jovens entre estudar ou trabalhar, em ambas as áreas, em média, a maioria dos jovens estuda e não trabalha, sendo na área rural o maior percentual, com 64,22%, enquanto na área urbana, 62,10%. Dos jovens que trabalham e estudam, 17,52% residem em áreas urbanas e 17,29% moram em áreas rurais. Os jovens que não trabalham e não estudam, os denominados “nem-nem”, são, em média, 13,43%, de áreas urbanas e 12,84% em áreas rurais. Ademais, os jovens rurais são os que mais estão estudando, enquanto os jovens da área urbana são os que mais trabalham e que mais são considerados “nem-nem”.

A maior parcela dos jovens que têm famílias elegíveis ao Programa Bolsa Família encontra-se na região Nordeste, onde 45,13% são da área urbana e 66,80%, rural. Em seguida

vem o Sudeste urbano, com 29,73% e Norte rural, com 19,53%. Por outro lado, o Centro-Oeste rural e Sul rural, com 1,16% e 3,57%, respectivamente, contêm os menores percentuais.

Sobre a renda familiar, nota-se que 2,61% das famílias urbanas têm emprego formal, enquanto, das rurais, apenas 1,1%. As famílias rurais, entretanto, possuem maior renda *per capita*, com R\$87, em média, enquanto as famílias urbanas têm R\$73,77. Isso pode ocorrer pelo fato de as famílias rurais, em média, serem mais beneficiadas pelo Programa Bolsa Família.

Tabela 4 - Estatística Descritiva das Variáveis

Variáveis	Urbano		Rural	
	Média	Desvio Padrão	Média	Desvio Padrão
PBF	0,1302	0,3365	0,1901	0,3924
Renda <i>per capita</i>	73,77	57,5883	86,9981	46,9142
Sexo do jovem	0,9166	0,2764	0,9759	0,1534
Cor do jovem	0,4361	0,4959	0,3693	0,4826
Trabalha e não estuda	0,0694	0,2542	0,0565	0,2309
Trabalha e estuda	0,1752	0,3802	0,1729	0,3782
Estuda e não trabalha	0,621	0,4851	0,6422	0,4794
Não trabalha e não estuda	0,1343	0,341	0,1284	0,3345
Emprego formal	0,0261	0,1595	0,011	0,1043
Sem instrução	0,0945	0,2925	0,1732	0,3784
Educação fundamental incompleto	0,5099	0,49999	0,6528	0,4761
Educação fundamental completo	0,0997	0,2996	0,0627	0,2425
Educação médio incompleto	0,0662	0,2486	0,0411	0,1986
Educação médio completo	0,1911	0,3932	0,0679	0,2515
Educação superior incompleto	0,0142	0,1182	0,0023	0,0482
Educação superior completo	0,0276	0,1637	0,0029	0,0538
Nº de crianças até 5 anos	0,4409	0,4965	0,4772	0,4995
Nº de crianças de 6 a 10 anos	0,4245	0,4943	0,4749	0,4994
Nº de crianças de 11 a 15 anos	0,4375	0,4961	0,4925	0,4999
Norte	0,1331	0,3396	0,1953	0,3964
Nordeste	0,4513	0,4976	0,668	0,4709
Sudeste	0,2973	0,4571	0,0876	0,2827
Sul	0,0682	0,2521	0,0357	0,1856
Centro Oeste	0,0407	0,1976	0,0116	0,1069

Fonte: Elaboração própria, com base na pesquisa.

5.2.2 Análise dos resultados das estimações econométricas para alocação do tempo dos jovens entre Estudar e Trabalhar

A Tabela A2, no Apêndice, exprime os resultados da estimação do modelo para a alocação de tempos dos jovens, de 16 e 17 anos, entre estudar e trabalhar. Sendo ρ o coeficiente de correlação entre os erros, mostrou-se com valores negativos e estatisticamente significantes, com $\rho=-0,2282$ para Brasil urbano e $\rho=-0,1880$, ou seja, com $\rho \neq 0$ válida a escolha do modelo. Além disso, a Estatística de Wald e o Teste de Razão de Verossimilhança se comportam de forma significativa ao nível de 1%, ou seja, as variáveis usadas são conjuntamente significantes. No Brasil urbano, as variáveis apresentaram ser estatisticamente significante ao nível de 1%, com exceção da variável ‘Nº de crianças de 6 a 10 anos’ para participação do jovem no mercado de trabalho. Para o Brasil rural, apenas a variável ‘Educação médio completo’ para estudar que mostrou ser significante a 5% e ‘Emprego formal’ para trabalhar que é significante a 10%. As variáveis condicionantes à alocação de tempo dos jovens entre estudar e trabalhar, para Brasil urbano e rural, em sua maioria, aumentam a probabilidade de o jovem estudar e trabalhar.

A variável PBF influencia negativamente no Brasil rural para a probabilidade de o jovem estudar e trabalhar, e, também, no Brasil urbano probabilidade do jovem estudar, impactando positivamente, apenas, no Brasil urbano para probabilidade de o jovem estar no mercado de trabalho. Quanto às características dos jovens, o fato dele ser homem impacta de forma negativa no Brasil urbano e Brasil rural as chances a favor do jovem trabalhar. Quanto à variável ‘Cor’, ela impacta de forma positiva na probabilidade de o jovem urbano estudar e no jovem rural trabalhar.

Em relação ao nível educacional dos chefes, quando eles têm o ‘fundamental completo’, há um impacto positivo na probabilidade de os jovens urbanos estudar e nos jovens rurais de trabalhar. Chefes com ‘Educação médio incompleto’ influenciam positivamente tanto na probabilidade de o jovem estudar quanto trabalhar para as áreas urbana e rural. E, quando têm ‘Educação superior completo’ impactam negativamente na probabilidade de os jovens rurais estudarem e trabalharem, enquanto, para os jovens urbanos, impactam, apenas, na probabilidade de eles trabalharem.

Quando os jovens residem no Nordeste urbano há um impacto negativo na probabilidade de eles estudarem e trabalharem, e quando residem no Nordeste Rural, há um impacto negativo em trabalhar, mas há um impacto positivo na probabilidade deste estudar. Jovens que residem no Sul rural têm maior probabilidade de estudar e trabalhar, enquanto aqueles que residem no Sul urbano têm uma menor probabilidade de trabalhar; influxos semelhantes acontecem quando os jovens residem no Centro Oeste.

Em seguida, consideram-se os efeitos marginais das variáveis em relação às probabilidades de estudar e trabalhar, analisando a proporção desse efeito. Assim, a Tabela 5 mostra os efeitos marginais das possíveis ocorrências de probabilidade dos jovens entre estudar e trabalhar, para as áreas urbana e rural. Quando as famílias dos jovens são beneficiadas pelo Programa Bolsa Família, aumenta a probabilidade de esses jovens não estudarem e não trabalharem, com 12,63% para aqueles que moram na área urbana e 24,67%, na área rural, resultado diferente do trabalho de Vasconcelos *et al.* (2017), ao mostrar que o PBF reduz tal probabilidade, e de Rodrigues *et al.* (2018), ao verificar que os impactos de programas sociais aumentam o tempo dos jovens entre os estudos e o trabalho. Aumenta, também, a probabilidade de os jovens não estudarem, mas estarem inseridos no mercado de trabalho, pois para os jovens urbanos, há um aumento de 6,63% e nos jovens rurais de 3,25%. Para a probabilidade de o jovem estudar e trabalhar, há uma diminuição em 2,88% para aqueles que residem na área urbana e 24,15% para os que moram no rural, assim como para a probabilidade de o jovem apenas estudar, em 16,37% para o urbano e 3,78%, para o rural.

O grau de escolaridade do chefe da família diminui a probabilidade de o jovem urbano ser “nem-nem”, em 4,98%, 9,19%, 6,37%, 11,37% e 8,84%, quando têm fundamental completo, médio incompleto, médio completo, superior incompleto e superior completo, respectivamente. Para os jovens rurais, entretanto, quando o chefe tem ensino médio completo, superior incompleto e superior completo, as chances de os jovens não trabalharem e não estudar, aumentam em 0,46%, 33,61% e 50,48%, respectivamente. Chefes que possuem ensino médio completo, superior incompleto e superior completo aumentam as chances de o jovem urbano estudar e não trabalhar em 4,44%, 4,64% e 17,97%, respectivamente. A probabilidade de os jovens urbanos estudarem e trabalharem aumentam quando os chefes têm ensino médio incompleto e completo e superior incompleto, em 10,37%, 3,96% e 9,21%, respectivamente.

Para os jovens urbanos, o fato de residir na região Nordeste diminui as chances de eles estudarem e trabalharem e apenas estudar em 2,12% e 3,35%, respectivamente, e há aumento na probabilidade de eles de não estudarem e nem trabalharem e apenas trabalharem em 4,01% e 1,47%, respectivamente. O fato de residir no Sudeste, traz um aumento na probabilidade de o jovem estudar e trabalhar e apenas trabalhar, em 8,77% e 3,39%, respectivamente, e uma queda nas chances de apenas estudar e ser “nem-nem” em 10,26% e 1,91%. Para os jovens da região Sul, há uma diminuição apenas na probabilidade de estudar e não trabalhar, em 17,32%, enquanto há aumento de 6,87% nas chances de eles estudarem e trabalharem, 6,30% de ele apenas trabalhar e de 4,15 de ele ser “nem-nem”. Para os jovens rurais, o fato de morarem na região Nordeste, traz um aumento, apenas, na probabilidade de

estudarem de 13,80%, enquanto há diminuição de 7,16% na probabilidade de estudarem e trabalharem, 4,28% apenas trabalharem e 2,36% de não estudarem e nem trabalharem. Para os residentes no Sudeste, há um aumento na probabilidade de estudar e trabalhar em 1,91% e na probabilidade de apenas estudar, em 8,96% e, uma queda nas probabilidades de apenas trabalhar e não estudar e nem trabalharem de 3,30% e 7,56%, respectivamente. O fato de residir no Sul, acarreta um aumento nas chances de os jovens estudar e trabalhar de 6,07%, enquanto apenas em estudar e nem estudar e nem trabalhar há uma queda de 0,93% e 4,98%, respectivamente.

Tabela 5 - Efeito marginal entre jovem estudar e trabalhar.

Variáveis	URBANO	RURAL	URBANO	RURAL	URBANO	RURAL	URBANO	RURAL
	(dy/dx)P(11)	(dy/dx)P(11)	(dy/dx)P(10)	(dy/dx)P(10)	(dy/dx)P(01)	(dy/dx)P(01)	(dy/dx)P(00)	(dy/dx)P(00)
PBF	-0,0288*** (0,0043)	-0,2415*** (0,0066)	-0,1637*** (0,0048)	-0,0378*** (0,0075)	0,0663*** (0,0017)	0,0325*** (0,0023)	0,1263*** (0,0035)	0,2467*** (0,0038)
Renda <i>per capita</i>	0,0002*** (0,0000)	0,0009*** (0,0000)	0,0002*** (0,0000)	-0,0001*** (0,0000)	-0,0001*** (0,0000)	0,0000*** (0,0000)	-0,0002*** (0,0000)	-0,0007*** (0,0000)
Sexo do jovem	-0,0107*** (0,0018)	0,1315*** (0,0064)	0,0040* (0,0024)	-0,1897*** (0,0082)	-0,0008 (0,0009)	0,0562*** (0,0026)	0,0075*** (0,0015)	0,0021 (0,0044)
Cor do jovem	-0,0055*** (0,0009)	0,0016 (0,0012)	0,0207*** (0,0012)	-0,0526*** (0,0016)	-0,0077*** (0,0004)	0,0184*** (0,0005)	-0,0075*** (0,0008)	0,0326*** (0,0010)
Educação fundamental completo	-0,0197*** (0,0015)	0,1145*** (0,0033)	0,1121*** (0,0022)	-0,1155*** (0,0033)	-0,0425*** (0,0008)	0,0315*** (0,0011)	-0,0498*** (0,0013)	-0,0304*** (0,0021)
Educação médio incompleto	0,1037*** (0,0018)	0,0142*** (0,0032)	-0,0071*** (0,0025)	-0,0055 (0,0049)	-0,0047*** (0,0009)	-0,3641 (0,0058)	-0,0919*** (0,0018)	-0,0095*** (0,0028)
Educação médio completo	0,0396*** (0,0012)	-0,0147*** (0,0033)	0,0444*** (0,0017)	0,0989*** (0,0037)	-0,0203*** (0,0006)	-0,0288*** (0,0012)	-0,0637*** (0,0011)	0,0046* (0,0027)
Educação superior incompleto	0,0921*** (0,0041)	-1,3031*** (0,0056)	0,0464*** (0,0048)	1,3311*** (0,0154)	-0,0248*** (0,0019)	-0,3641*** (0,0058)	-0,1137*** (0,0043)	0,3361*** (0,0125)
Educação superior completo	-0,0225*** (0,0032)	-1,3264*** (0,0044)	0,1797*** (0,0041)	1,1039*** (0,0077)	-0,0689*** (0,0016)	-0,2823*** (0,0030)	-0,0884*** (0,0032)	0,5048*** (0,0067)
Emprego formal	0,0141*** (0,0021)	-0,0220*** (0,0046)	-0,1159*** (0,0031)	-0,0901*** (0,0065)	0,0445*** (0,0011)	0,0335*** (0,0021)	0,0574*** (0,0018)	0,0787*** (0,0037)
Nº de crianças de 6 a 10 anos	-0,0039*** (0,0009)	0,0171*** (0,0012)	-0,0058*** (0,0013)	-0,0109*** (0,0016)	0,0025*** (0,0005)	0,0025*** (0,0005)	0,0071*** (0,0008)	-0,0087*** (0,0010)
Nº de crianças de 11 a 15 anos	0,0343*** (0,0009)	0,0036*** (0,0012)	0,0029*** (0,0012)	0,0696*** (0,0016)	-0,0036*** (0,0004)	-0,0248*** (0,0005)	-0,0336*** (0,0008)	-0,0484*** (0,0010)

CONTINUA

Variáveis	URBANO	RURAL	URBANO	RURAL	URBANO	RURAL	URBANO	RURAL
	(dy/dx)P(11)	(dy/dx)P(11)	(dy/dx)P(10)	(dy/dx)P(10)	(dy/dx)P(01)	(dy/dx)P(01)	(dy/dx)P(00)	(dy/dx)P(00)
Nordeste	-0,0212*** (0,0013)	-0,0716*** (0,0014)	-0,0335*** (0,0018)	0,1380*** (0,0018)	0,0147*** (0,0007)	-0,0428*** (0,0006)	0,0401*** (0,0011)	-0,0236*** (0,0012)
Sudeste	0,0877*** (0,0014)	0,0191*** (0,0023)	-0,1026*** (0,0020)	0,0896*** (0,0032)	0,0339*** (0,0007)	-0,0330*** (0,0011)	-0,0191*** (0,0013)	-0,0756*** (0,0021)
Sul	0,0687*** (0,0020)	0,0607*** (0,0033)	-0,1732*** (0,0026)	-0,0093** (0,0045)	0,0630*** (0,0010)	-0,0016 (0,0014)	0,0415*** (0,0017)	-0,0498*** (0,0028)
Centro Oeste	0,1010*** (0,0024)	0,0753*** (0,0057)	-0,1875 (0,0030)	0,0005 (0,0099)	0,0663*** (0,0011)	-0,0062* (0,0032)	0,0203*** (0,0021)	-0,0696*** (0,0057)

Erros-padrão robustos em parênteses.

*** p<0,01; ** p<0,05; * p<0,1.

Nota de Tabela. P(11): Jovem Estuda e Trabalha.

P(10): Jovem Estuda e Não Trabalha.

P(01): Jovem Não Estuda, mas Trabalha.

P(00): Jovem Não Estuda e Não Trabalha.

Fonte: Elaboração própria, com suporte nas estimações.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta Dissertação buscou verificar quais os determinantes que afetam os componentes familiares a participarem do Programa Bolsa Família e estarem no mercado de trabalho secundário. Buscou, também, determinar os fatores que afetam a escolha dos jovens em sua alocação de tempo, entre estudar e trabalhar, tendo diferencial por se usar a PNAD Contínua de 2017, porque esta, além de possuir informações de indicadores sobre trabalho e rendimento, ainda traz uma pergunta específica sobre a identificação dos beneficiários do Programa Bolsa Família. Ademais, se utilizou o método Probit Bivariado, determinando, também, seus efeitos marginais.

Dentre as variáveis analisadas que interferem no fato de o trabalhador receber o Bolsa Família e ter uma segunda ocupação, destacam-se as variáveis idade e número de crianças na família, pois causam efeitos próximo de zero na probabilidade. Variáveis como emprego formal e renda do trabalho tiveram resultados esperados, ou seja, interferem de forma negativa na probabilidade de o trabalhador ter mais de um emprego, porém, a renda do trabalho principal tem influência perto de zero.

O fato de o trabalhador ser o chefe da família aumenta a probabilidade, tanto no meio urbano, quanto no meio rural, de ser beneficiado pelo PBF, quanto ter uma segunda ocupação. No meio urbano, a escolaridade tem efeitos negativos na probabilidade de se receber o Bolsa Família e ter segundo emprego, quando tem fundamental completo, médio incompleto e médio completo. Quando, entretanto, têm superior incompleto e completo há um impacto positivo na probabilidade. Para o rural, as probabilidades aumentam quando o trabalhador tem fundamental completo, médio e superior incompletos. Esses resultados que corroboram a literatura, como o trabalho de Sousa *et al.* (2016), que investigou as características dos trabalhadores inseridos no mercado secundário, por meio do modelo Probit, mostrando que esses trabalhadores possuem maior nível educacional, maior chance de participar do mercado secundário.

Em relação às variáveis que têm efeito sobre a escolha dos jovens entre estudar e trabalhar, destaca-se a escolaridade dos chefes, pois aqueles que residem na área urbana influenciam de forma negativa, ou seja, diminui a probabilidade de os jovens serem “nem-nem”. Enquanto isso, os chefes da zona rural que têm ensino médio completo, superior incompleto ou ensino superior completo impactam positivamente, ou seja, aumentam a probabilidade de os jovens não estudarem e nem trabalharem.

Jovens que residem nas áreas rurais das regiões têm menores probabilidades de serem “nem-nem”, enquanto, nas áreas urbanas, apenas os jovens que vivem no Sudeste têm essa probabilidade diminuída. Tendo maior interesse no efeito da variável Bolsa Família sobre a probabilidade dos jovens ser “nem-nem”, vê-se que o fato de a família ser beneficiada pelo Programa aumenta a tal probabilidade, tanto para o meio urbano quanto para o meio rural.

O Programa Bolsa Família, contudo, tendo como objetivo ampliar o atendimento escolar às crianças, que, no longo prazo, procura romper o ciclo de pobreza, por meio do aumento de capital humano para, conseqüentemente, maior e melhor oportunidade no mercado de trabalho, fazem-se, então, necessárias políticas públicas dirigidas ao mercado de emprego formal, pois trabalhadores que não têm um contrato seguro busca na segunda ocupação um meio de diminuir os riscos e suportar os gastos familiares e satisfazer outras necessidades. Assim, também, o aumento de políticas públicas que visem a combater o trabalho infantil, além dos incentivos aos jovens para mantê-los nas escolas, como ensino profissionalizante, a fim de prepará-los para o mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

- ABRAS, I. B.; SÁ, M. A. de. Programa Bolsa Família: educação de adolescentes em situação de pobreza em idade escolar. **Revista Formação**. Belo Horizonte, v. 8, n. 2, 2016.
- ARAÚJO, G. S.; RIBEIRO, R.; NEDER, H. D. Impactos do Programa Bolsa Família sobre o trabalho de crianças e adolescentes residentes na área urbana em 2006. **Rev. Economia**. Brasília (DF) v. 11, n. 4, p. 57-102, 2010.
- AVERETT, S. L. Moonlighter: multiple motives and gender differences. **Applied Economics**, v. 33, n. 11, p. 1391-1410, 2001.
- BÖHEIM, Rene.; TAYLOR, Mark Philip. And in the evening she's a singer with the band – second jobs, plight or pleasure? **Institute for the Study of Labor (IZA)**, Discussion Papers Series. Alemanha, nº 1081, mar. 2004.
- CACCIAMALI, Maria. Cristina; TATEI, Fábio; BATISTA, Natália Ferreira. Impactos do Programa Bolsa Família Federal sobre o trabalho infantil e a frequência escolar. **Rev. Econ. Contemp.** Rio de Janeiro, v. 14, n. 2 p. 269-301, ago. 2010.
- CAVALCANTI, Daniella Medeiros. **Avaliação dos impactos do programa bolsa família na renda, na educação e no mercado de trabalho das famílias pobres do Brasil**. 2013. 74 f. Dissertação (Mestrado em Economia Regional) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.
- CHITOLINA, Lia.; FOGUEL, Miguel Nathan.; MENEZES-FILHO, Naercio Aquino. The impact of the expansion of the Bolsa Família Program on the Time Allocation of Younths and Their Parents. **Rev. Bras. Econ.** Rio de Janeiro, v. 70, n. 2, p. 183-202, jun. 2016.
- CONWAY, K. S.; KIMMEL, J. Male labor supply estimates and the decision to moonlight. **Labour Economics**, v 5, n. 2, p 135-166, 1998.
- COSTA, Edward Martins; CAVALCANTI, Daniella. Medeiros.; SILVA, Jorge Luiz Mariano. da; SAMPAIO, Raquel Menezes Bezerra; Impactos regionais do programa bolsa família: uma análise sobre o mercado de trabalho das famílias pobres. *In*. Encontro Nacional de Economia, 44., 2016, Natal. **Anais...** Natal: ANPEC – Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia. 2016.
- CRUZ, N. B. **Efeitos das ocupações não agropecuárias sobre a renda e as horas de trabalho em zonas rurais do Brasil**. 2018. 72 f. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) - Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.
- FROTA, M.G. **Ensaio sobre participação e oferta de trabalho dos moonlighters no mercado de trabalho brasileiro**. 2018. 76 f. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) - Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.
- IBGE – Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Síntese dos indicadores sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira** [Estudos e Pesquisas: Informação Demográfica e Socioeconômica, n.36. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

MARQUES, E. C.; **Uma análise da decisão dos jovens entre estudo e participação no mercado de trabalho.** 2016. 55 f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Campus de Sobral, Universidade Federal do Ceará, Sobral, 2016.

MDS – **Ministério do Desenvolvimento Agrário** - <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e>

MELO, Raul da Mota Silveira; DUARTE, Gisléia Benini. Impacto do Programa Bolsa Família sobre a frequência escolar: o caso da agricultura familiar no Nordeste do Brasil. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, vol. 48, n. 3, p. 635-656. set. 2010.

NASCIMENTO, A. R.; KASSOUF, A. L. **Trabalho Infantil: Impacto do Programa Bolsa Família.** *In*: Encontro Nacional de Economia. *In*. Encontro Nacional de Economia, 44., 2016, Natal. **Anais...** Natal: ANPEC – Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia. 2016.

RODRIGUES, L. de O.; COSTA, E. M.; MARIANO, F. Z.; **O efeito de aposentadorias, pensões e programas sociais na frequência escolar e oferta de trabalho dos jovens brasileiros.** *In*. Encontro Nacional de Economia, 44., 2016, Natal. **Anais...** Natal: ANPEC – Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia. 2016.

ROSENBAUM, P.; RUBIN, D. Assessing sensitivity to na unobserved binary covariate in na observational study with binary outcome. **Journal of the Royal Statistical Society, Series B** 45, 212-218, 1983.

SOUSA, D. T. de; AGUIAR, M. A. S. de; LÚCIO, F. G. C.; RODRIGUES, P. S.; **Determinantes da Participação dos Casais no Mercado de Trabalho: Análise para região Nordeste e o Estado do Ceará.** *In*. Encontro de Economia do Ceará em Debate, 13., 2017, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: IPECE – Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. 2017.

SOUSA, D. T. de; AGUIAR, M. A. S. de; LÚCIO, F. G. C.; RODRIGUES, P. S.; **Mercado de Trabalho Secundário na Região Metropolitana de Fortaleza: Uma análise dos anos de 2009 e 2015.** *In*. Encontro de Economia do Ceará em Debate, 12., 2016, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: IPECE – Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. 2016.

SOUSA, Daniel Tomaz de. **Múltiplo Emprego no Brasil: Uma Análise da Oferta de Trabalho Usando Dados da PNAD.** 2017 38f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Economia, Administração, Atuárias e Contabilidade, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

TAVARES, P.A.; Efeito do Programa Bolsa Família sobre a oferta de trabalho das mães. **Rev. Econ. Soc.** v.19, n. 3, p. 613-635. 2010.

UCL Institute of Health Equity. **Local action on health inequalities: Reducing the number of Young people not in employment, education or training (NEET)** (P.H. England, Ed), 2014.

VASCONCELOS, Andressa Mielke; RIBEIRO, F. G.; GRIEBELER, M. de C.; CARRAROS, A. Programa Bolsa Família e Geração “Nem-Nem”: Evidências para o Brasil. **Rev. Bras. Econ.** Rio de Janeiro v. 71, n. 2, p. 233–257. jun. 2017.

APÊNDICE A – MODELO PROBIT BIVARIADO ESTIMADO

Tabela A 1 - Coeficientes Estimados do Modelo Probit Bivariado para o Programa Bolsa Família e Mercado Secundário

Variáveis	Brasil Urbano		Brasil Rural	
	PBF	Secundário	PBF	Secundário
Chefe da Família	0,4878*** (0,0028)	0,2989*** (0,0065)	0,6566*** (0,0039)	0,173*** (0,0061)
Idade	0,0037*** (0,0001)	-0,0018*** (0,0002)	0,0061*** (0,0002)	0,0132*** (0,0002)
Sexo	-1,7129*** (0,0033)	-0,1838*** (0,006)	-2,2454*** (0,0040)	0,0267*** (0,0065)
Cor	0,0377*** (0,0034)	0,0916*** (0,0071)	-0,0471*** (0,0045)	0,0697*** (0,0067)
Emprego formal	-0,7947*** (0,0096)	-5,13*** (0,0151)	-0,2229*** (0,0166)	-0,4087*** (0,0274)
Renda trabalho principal	-0,0007*** (0,0000)	-0,0001*** (0,0000)	-0,0006*** (0,0000)	0,0000487*** (0,0000)
Educação fundamental completo	-0,3312*** (0,0048)	-0,0686*** (0,0103)	-0,1927*** (0,0069)	0,1385*** (0,0091)
Educação médio incompleto	-0,1754*** (0,0051)	-0,051*** (0,0109)	-0,1696*** (0,0079)	0,1592*** (0,0119)
Educação médio completo	-0,1697*** (0,0035)	-0,1023*** (0,0078)	-0,1911*** (0,0060)	-0,0239** (0,0101)
Educação superior incompleto	-0,3161*** (0,0116)	0,1912*** (0,0218)	-0,8676*** (0,0238)	0,9989*** (0,0217)
Educação superior completo	-1,2692*** (0,02)	0,6956*** (0,0176)	-0,6317*** (0,0214)	0,0641* (0,0376)
Nº de crianças de 6 a 10 anos	0,2864*** (0,0028)	0,0419*** (0,0062)	0,2202*** (0,0034)	-0,1231*** (0,0053)
Nº de crianças de 11 a 15 anos	0,2298*** (0,0027)	-0,0818*** (0,0064)	0,1667*** (0,0033)	0,2091*** (0,0050)
Nordeste	0,1972*** (0,0038)	-0,0244*** (0,0079)	0,0963*** (0,0044)	-0,1366*** (0,0059)
Sudeste	-0,3364*** (0,0047)	-0,1888*** (0,0100)	-0,1829*** (0,0108)	-0,245*** (0,0102)
Sul	-0,4036*** (0,0083)	-0,0218 (0,0140)	-0,1829*** (0,0108)	0,2306*** (0,0104)
Centro-Oeste	-0,1483*** (0,0093)	0,0137*** (0,0134)	-0,6138*** (0,0191)	-4,6839*** (0,0058)
Constante	-0,4463*** (0,0069)	-2,2299*** (0,0134)	-0,0797*** (0,0089)	-2,6655*** (0,0120)

CONTINUA

Variáveis	Brasil Urbano		Brasil Rural	
	PBF	Secundário	PBF	Secundário
Rho		0,1346***		0,0255***
Wald chi2		1.590.434,58		1.219.910
log pseudolikelihood		-677459,49		-499806,12
Wald test of rho=0: chi2		971995,00		31,7352
Prob > chi2		0,0000		0,0000

Erros Padrão Robustos em Parênteses.

*** p<0,01; ** p<0,05; * p<0,1.

Fonte: Elaboração própria, com base na pesquisa

Tabela A 2 - Coeficientes Estimados do modelo Probit Bivariado entre Jovem Estudar e Trabalhar.

Variáveis	Brasil Urbano		Brasil Rural	
	Estuda	Trabalha	Estuda	Trabalha
PBF	-0,6992*** (0,0160)	0,1234*** (0,0174)	-1,0935*** (0,0192)	-0,7209*** (0,0280)
Renda <i>per capita</i>	0,0011*** (0,0000)	0,0003*** (0,0000)	0,0030*** (0,0001)	0,0029*** (0,0001)
Sexo do Jovem	-0,0243*** (0,0077)	-0,0379*** (0,0074)	-0,2282*** (0,0231)	0,6475*** (0,0282)
Cor do Jovem	0,0554*** (0,0039)	-0,0435*** (0,0037)	-0,1997*** (0,0053)	0,0690*** (0,0051)
Educação fundamental completo	0,3353*** (0,0068)	-0,2049*** (0,0066)	-0,0041 (0,0113)	0,5035*** (0,0104)
Educação médio incompleto	0,3507*** (0,0089)	0,3260*** (0,0073)	0,0343** (0,0156)	0,0519*** (0,0144)
Educação médio completo	0,3050*** (0,0056)	0,0637*** (0,0051)	0,0949*** (0,0132)	-0,3572*** (0,0136)
Educação superior incompleto	0,5029*** (0,0205)	0,2214*** (0,0150)	0,1096 (0,0701)	-5,7518*** (0,0158)
Educação superior completo	0,5712*** (0,0156)	-0,3006*** (0,0125)	-0,8713*** (0,0358)	-5,5501*** (0,0069)
Emprego formal	-0,3700*** (0,0094)	0,1926*** (0,0093)	-0,4393*** (0,0204)	0,0395* (0,0203)
Nº de crianças de 6 a 10 anos	-0,0349*** (0,0040)	-0,0044 (0,0039)	0,0244*** (0,0055)	0,0674*** (0,0052)
Nº de crianças de 11 a 15 anos	0,1353*** (0,0039)	0,1011*** (0,0038)	0,2866*** (0,0052)	-0,0732*** (0,0051)
Nordeste	-0,1987*** (0,0058)	-0,0216*** (0,0055)	0,2599*** (0,0064)	-0,3948*** (0,0059)
Sudeste	-0,0541*** (0,0065)	0,4005*** (0,0059)	0,4255*** (0,0111)	-0,0482*** (0,0099)

CONTINUA

Variáveis	Brasil Urbano		Brasil Rural	
	Estuda	Trabalha	Estuda	Trabalha
	(0,0086)	(0,0082)	(0,0149)	(0,0141)
Centro-Oeste	-0,3143***	0,5506***	0,2968***	0,2385***
	(0,0104)	(0,0097)	(0,0327)	(0,0264)
Constante	0,7519***	-0,8841***	0,5918***	-1,4175***
	(0,0097)	(0,0093)	(0,0245)	(0,0286)
Rho		-0,2282***		-0,1880
Wald chi2		36924,42		1423989,36
log pseudolikelihood		-615421,85		-333953,6
Wald test of rho=0: chi2		7959,98		2822,6
Prob > chi2		0,0000		0,0000

Erros Padrão Robustos em Parênteses.

*** p<0,01; ** p<0,05; * p<0,1.

Fonte: Elaboração própria, com base na pesquisa